



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**Lutas camponesas em tempos de democracia e a  
Reforma Agraria do governo de Brizola**

**Amarildo Antônio Scussel**

**CHAPECÓ 2018**

# **Lutas camponesas em tempos de democracia e a Reforma Agraria do governo de Brizola**

**Amarildo Antônio Scussel**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito parcial para a aprovação na disciplina de seminário de trabalho de conclusão de curso II.

Professor orientador: Antônio Miranda

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Scussel, Amarildo Antonio  
Lutas camponesas em tempos de democracia e a Reforma  
Agrária do governo de Brizola / Amarildo Antonio  
Scussel. -- 2018.  
83 f.:il.

Orientador: Doutor Antonio Miranda .  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
História-Licenciatura, Chapecó, SC , 2018.

1. Lutas camponesas em tempos de democracia . 2.  
Governo de Brizola no Rio Grande do Sul . 3. Reforma  
Agrária no Rio Grande do Sul. I. , Antonio Miranda,  
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.  
Titulo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA  
Rodovia SC – 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC CEP 89815-899, 2049-6426  
[historia.ch@uffs.edu.br](mailto:historia.ch@uffs.edu.br), [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

### LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às vinte horas, nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos(as) professores(as): **Professor(a) Orientador(a) Antonio Luiz Miranda, Professor(a) Avaliador(a) Dr. Jaisson Teixeira Lino, Professor(a) Avaliador(a) Emerson Neves da Silva.** O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pelo(a) acadêmico(a) **AMARILDO ANTONIO SCUSSEL** sob o título: *"Lutas camponesas em tempo de democracia e a Reforma Agrária do governo de Brizola"* obteve nota **9.0** sendo considerado **Aprovado**.

Chapecó - SC, 14 de dezembro de 2018.

---

Dr. Antonio Luiz Miranda  
**Professor(a) Orientador(a)**

---

Dr. Jaisson Teixeira Lino  
**Professor(a) Avaliador(a)**

---

Me. Emerson Neves da Silva  
**Professor(a) Avaliador(a)**



## RESUMO

Este trabalho busca entender a reforma agrária que ocorreu no Rio Grande do Sul, durante o governo de Leonel de Moura Brizola, entre os anos de 1959-1963. No primeiro capítulo apresento o cenário nacional, em que estão inseridos os movimentos sociais camponeses, bem como suas atuações dentro do contexto de lutas camponesas por acesso à terra, em um período onde o Brasil viveu um breve tempo de democracia. Apresento como estes movimentos se organizam em todo o nosso país, e também quais suas atuações no Rio Grande do Sul, bem como suas influências no surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER). No final deste capítulo apresento a historiografia sobre o tema. No segundo capítulo apresento a reforma agrária feita pelo governo de Brizola no Rio Grande do Sul. Neste sentido apresento as influências que o governo vai exercer sobre o surgimento e a atuação do MASTER, bem como as influências que o MASTER vai exercer sobre o governo e sua atuação. Analiso com base nas fontes que me foi possível acessar, como se deu este processo de reforma agrária, os agentes envolvidos, e como se desencadeou o processo de reforma agrária no governo de Leonel de Moura Brizola, durante seu governo no estado do Rio Grande do Sul.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>8</b>  |
| <b>2. HISTORIOGRAFIA SOBRE O TEMA</b> .....   | <b>15</b> |
| 2.1. HISTORIOGRAFIA SOBRE O TEMA NO RIO GRANDE DO SUL .....   | 20        |
| <b>3. CAPÍTULO I – AS LUTAS CAMPONESAS EM TEMPOS DE DEMOCRACIA 1945-1964 E SUAS INFLUENCIAS NO RIO GRANDE DO SUL.</b> ..... | <b>25</b> |
| 3.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950-1960 .....   | 25        |
| <b>4. O PCB:</b> .....  | <b>26</b> |
| <b>5. AS LIGAS DE JULIÃO</b> .....  | <b>29</b> |
| <b>6. IGREJA CATÓLICA</b> .....   | <b>32</b> |
| <b>7. O MASTER</b> .....  | <b>35</b> |
| <b>8. CAPITULO II: GOVERNO DE BRIZOLA O MÁSTER E A REFORMA AGRARIA</b> .....  | <b>38</b> |
| 8.1 INICIO DE GOVERNO.....  | 38        |
| 8.2 CRIANDO UM APARATO LEGAL.....   | 40        |
| 8.3 O MASTER E A MOBILIZAÇÃO POR TERRA.....   | 47        |
| 8.4 ENFIM A REFORMA AGRÁRIA .....   | 54        |
| 8.5 CASO SARANDI .....  | 55        |
| 8.6 O BANHADO DO COLÉGIO .....  | 64        |
| <b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>72</b> |

## **LISTA DE FIGURAS E TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Acampamento do Capão da Cascavel.....                       | 67 |
| Figura 2: Missa realizada no acampamento do Capão da Cascavel.....    | 70 |
| Figura 3: Entrega dos Títulos de Concessão no Banhado do Colégio..... | 76 |
| Figura 4: Plano piloto Fazenda Bocoperi.....                          | 79 |
| Figura 5: Sorteio dos lotes em Itapuã.....                            | 80 |

## **LISTA DE SIGLAS**

CETH – Comissão Estadual de Terras e Habitação  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores Agrícolas  
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul  
GT 14 – Grupo de Trabalho 14  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária  
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
SUPRA – Superintendência de Política e Reforma Agrária  
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## 1. INTRODUÇÃO

Sempre me questionei do porque não se ouve falar, sobre a reforma agrária promovida por Brizola no Rio Grande do Sul. Ao estudar o período e nele o governo de Brizola, sempre me questionei do porquê disto, uma vez que sempre que busquei analisar o governo de Brizola, encontrei farta literatura sobre o período, mas quase nada sobre a reforma agrária, sendo que me parece que para a história, Brizola foi o governante gaúcho das encampações, com as desapropriações das companhias elétricas e telefônica, da educação com as construções das “brizoletas”, ou ainda mais o governo da legalidade, aquele que garantiu que se cumprisse a constituição, exigindo a posse de João Goulart e, posteriormente, o plebiscito que restitui-o o presidencialismo no Brasil. Mas a reforma agrária nas raras vezes em que é citada recebe pouco destaque.

Estranha-se que diante do contexto democrático e das lutas camponesas que se multiplicaram no Brasil e foram amplamente documentadas e estudadas a experiência no Rio Grande do Sul tenha recebido tão pouco destaque. Tanto as *Ligas Camponesas*, quanto a participação do PCB ou a atuação da Igreja Católica, mereceram por parte dos historiadores uma ampla análise e produção documental. Quanto a reforma agrária do Rio Grande do Sul, as obras que tratam do tema, embora sendo em bom número, acabam ficando restritas, a teses acadêmicas, que por sua vez se restringem a abordar uma pequena parcela dos movimentos camponeses, que ocorreram no Rio Grande do Sul entre os anos de 1960 e 1964

Embora que de todos os movimentos do período, este foi o único que realmente produziu resultados práticos, ou seja, realmente efetivou a reforma agrária, distribuindo terras para os camponeses que a reivindicavam.

Assim, justiça-se esse trabalho na busca pelo entendimento de quais razões levaram a invisibilização e a desqualificação sobre a reforma agrária produzida no Rio Grande do Sul, nos momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, mesmo diante dos seus resultados positivos.

No ano de 1959 iniciou-se o governo de Leonel de Moura Brizola<sup>1</sup> como chefe do executivo do estado do Rio Grande do Sul, seu governo foi marcado por medidas que o

---

<sup>1</sup> Leonel de Moura Brizola nasceu filho do tropeiro e revolucionário José Brizola e da professora Oniva De Moura, em 22 de Janeiro de 1922, na comunidade de Cruzinha município de Paso Fundo. Caçula de cinco irmãos, Leonel Brizola perdeu o pai assassinado em 1924 pelos “Chimangos”, decorrente de sua atuação na Revolução de 1923

colocaram definitivamente como um dos principais nomes da história política brasileira. Durante sua vigência, Leonel Brizola encampa as companhias de energia e telefonia, ambas concessionárias de companhias estrangeiras que atuam no Rio Grande do Sul. No âmbito social, é criado o programa “Nenhuma criança sem escola”, com a execução de uma maciça construção de escolas e contratação massiva de professores. Foi durante o seu mandato como governador do estado do Rio Grande do Sul que Leonel Brizola organizou a chamada campanha pela *Legalidade*, que buscou garantir a posse do vice-presidente João Goulart, diante da renúncia de Jânio Quadros em 1961. Para além da inserção nas instáveis questões políticas nacionais, o governo de Brizola no Rio Grande do Sul ainda foi marcado por programas de habitação para famílias de baixa renda, e a implantação de um programa de reforma agrária com distribuição de terras para pequenos agricultores.

Este projeto busca tratar prioritariamente da reforma agrária desenvolvida durante o governo de Leonel Brizola no estado do Rio Grande do Sul, para tanto, apresentarei alguns pontos sobre a mesma que orientarão este projeto. De início, é possível observar que a reforma agrária ao menos em seu programa de governo não é tratada como prioridade, mas nas ações executadas no decorrer do mesmo acaba por ocupar um lugar de destaque, sendo uma das linhas que nortearam sua administração. Ao ponto do governo criar um aparato legal que vai possibilitar a sua implantação, aparato esse formulado em consonância com a legislação federal, que permitiu o desenvolvimento de um programa de desapropriações e distribuição de terras, para colonos que se organizassem em associações e reivindicassem junto ao governo o acesso à terra.

Os problemas em relação a questão agrária no Brasil, surgem desde os primórdios da conquista portuguesa. Somos um país continental, um gigante em tamanho, e também em

---

ao lado dos Maragatos. Com a morte do patriarca a família perdeu a terra e a casa onde residiam, vivendo na pobreza Leonel Brizola foi alfabetizado pela mãe, que depois o encaminha para estudar em Passo Fundo, e depois em Carazinho onde termina o curso ginasial, seguindo após para Porto Alegre, onde presta concurso para escola técnica de Viamão. Após se formar Leonel Brizola volta a Porto Alegre, onde vai trabalhar como operário em uma fábrica de óleo. Tempos depois presta concurso para o Ministério da Agricultura e vai trabalhar em Paso Fundo. Com o pedido de demissão Brizola retorna à Porto Alegre passando a exercer o cargo de jardineiro da prefeitura, neste período presta vestibular e ingressa na UFRGS onde se forma em 1949 como Engenheiro, profissão que nunca exerceu. Durante o tempo em que cursa a faculdade, Leonel Brizola ajuda a fundar o PTB em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Com o apoio de Getúlio Vargas, funda a juventude petebista e é eleito seu primeiro presidente. Em 1947 disputa sua primeira eleição e é eleito deputado estadual, reeleito em 1950, posteriormente se elege deputado federal, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande Do Sul e deputado federal pelo estado da Guanabara. Expulso dos pais com o Golpe Civil-militar de 1964, Leonel Brizola passa quinze anos no exílio, retornando ao país em 1979, com a anistia concedida pelo governo de João Figueiredo, funda o PDT, partido pelo qual se elege duas vezes ao governo do Rio De Janeiro, no comando do governo do Rio de Janeiro suas principais realizações foram a implantação dos CIEPS, construção do sambódromo, da linha vermelha, e implantação da universidade do norte fluminense. (CASALLI, 2005)

desigualdade na distribuição de nossas terras já que, grandes latifúndios sempre predominaram em nosso país, junto com a exploração do trabalho dos camponeses pela burguesia agrária. A Lei de Terras (1850) ao disciplinar as formas de se obter terras, nada mais fez que proteger os latifúndios, e permitir ao Estado controlar e regular a posse de terras, conforme seu interesse<sup>2</sup>.

Os conflitos por terra marcam nossa História como nação e o século XX é palco de movimentos de agricultores, que lutam pelo direito de ter em pedaço de terra, onde possam sustentar sua família. No caso do estado do Rio Grande do Sul o domínio do latifúndio não foi questionado nem mesmo com os novos projetos de colonização europeia que se desenvolveram na região no início do século XIX, quando a região recebeu um grande contingente de imigrantes, vindos em sua maioria da Itália e da Alemanha, não cabe neste trabalho discutir os motivos desta colonização com europeus, mas apenas faço uma pequena ressalta para afirmar mais uma vez, que os projetos de colonização não priorizaram de maneira nenhuma a população nacional que se viu mais uma vez marginalizada do acesso à terra.

A luta pela terra não é novidade no sul do Brasil, podemos citar a Guerra do Contestado<sup>3</sup>, no início do século XX, (1912-1916) como exemplo de resistência a burguesia e da organização popular em busca de terra. Ao chegar a metade do século XX o Brasil se vê envolto por movimentos de luta pela terra em praticamente todo o território nacional. Com o fim do Estado Novo<sup>4</sup>, o país vive um novo período democrático, onde os movimentos camponeses que buscam o acesso à terra se multiplicam. A partir da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), surgem associações em todo o país, a ponto de em 1954, ser criada a *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil* (ULTAB), com participação de camponeses de vários estados do Brasil. Em 1955, com apoio do advogado Francisco Julião é criada uma associação de foreiros, formada por agricultores ameaçados de despejo das terras de um engenho, este movimento é o embrião das *Ligas Camponesas* que vão rivalizar com o PCB. Ao mesmo tempo, no início da década de 60, a Igreja Católica passa a agir no campo apoiando a reforma agrária, dando apoio a fundação de sindicatos, e a sindicalização dos trabalhadores rurais, opondo-se tanto ao PCB como as *Ligas Camponesas*.

---

<sup>2</sup> Segundo Leonilde Sérvolo de Medeiros em *Combatendo A Desigualdade Social*, organizador Miguel Carter (2009, p. 121) No início da década de 1960, a igreja Católica passou a intervir no campo, apoiando a reforma agrária e estimulando a sindicalização dos trabalhadores e passando a disputar as bases das ligas e do PCB.

<sup>3</sup> Conflito ocorrido entre caboclos e exército Brasileiro em uma área de terra, que era disputada por Santa Catarina e Paraná. O mesmo teve como motivação a construção de uma ferrovia, que fez com que milhares de camponeses perdessem suas terras.

<sup>4</sup> Implantado em 1937 por Getúlio Vargas, corresponde ao último período da chamada era Vargas, que foi de 1930 a 1945.

É neste cenário de movimentações e contestação no espaço agrário que Leonel Brizola chega ao governo do Rio Grande do Sul em 1959. Se no estado gaúcho os movimentos camponeses organizados não são muito efetivos, isto não significa que não existam movimentos e também problemas agrários, e logo isto vai ficar evidente com o surgimento do *Movimento dos Agricultores Sem Terra* (MASTER), que já em 1961, participa do primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte<sup>5</sup>.

Portanto, entre meados da década de 1950 e o início da década de 1960, havia uma substantiva movimentação de busca por direitos e terra no espaço rural brasileiro. Nesse contexto, de diferentes formas de organização o *Movimento dos Agricultores Sem Terra* no Rio Grande do Sul atuou alinhado com os demais movimentos camponeses do país. Infelizmente, o golpe civil-militar interrompeu o processo de mudanças, que só foi retomado diante da redemocratização do país na década de 1980.

É nesse novo contexto, que novos grupos como *Movimento Sem Terra* (MST) surgem, este por sua vez, se torna o principal articulador na busca por reaver as pautas e demandas sobre a reforma agrária interrompidas pelo interim ditatorial. O fundamental aqui é perceber como esse novo movimento se comunica com o passado e as organizações da década de 1960. De modo geral, o *Movimento Sem Terra* (MST), na figura de suas lideranças, refuta a importância dos movimentos, em especial do MASTER na construção histórica da luta pela terra no país. O mesmo pode ser percebido na análise presente na obra “Brava gente: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil”, de 1999, organizada por João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes, conforme abaixo:

No sul tivemos, antes do golpe a experiência do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Mas o ressurgimento da luta, ou mais especificamente do MST, no sul, **não tem muito a ver com a memória histórica do Master**. Até mesmo porque ele foi derrotado politicamente em 1962, não em 1964, quando veio o golpe militar. (Stedile, 2005, p. 46- grifos meus)

Porém é interessante que se aponte como o discurso de Stedile muda dependendo do contexto em que ele esteja se pronunciando, como podemos ver no filme *Brizola tempos de luta*, de Tabajara Ruas, onde Stedile dá a seguinte declaração sobre Brizola e a reforma agrária no Rio Grande do sul.

O governo do estado criou então a primeira lei de reforma agrária, criou o instituto gaúcho de reforma agrária, e assim que o Master ocupou o maior latifúndio

---

<sup>5</sup> Segundo Antônio Torres Montenegro (2011, p.266): Nesse congresso, apesar de ligas estarem presentes com apenas 215 delegados de um total de 1.400, em que a maioria é de representantes da ULTAB e uma pequena parcela ligada ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) - que atua no Rio Grande do Sul, sob a orientação de líderes rurais ligados a- Brizola.

que havia no Rio Grande do Sul, que era da família mailios, uma família uruguaia, o governo Brizola desapropriou, aquela fazenda que se chamava Sarandi. Assim iniciou a primeira reforma agrária de fato, combinando a luta do povo, organização social e um governo popular. (Brizola Tempos de Lut. Direção: Tabajara Ruas. 90min, [S.I]: canyon, 2007.1 DVD (90 min).)

O que buscarei analisar na minha pesquisa é como nas décadas de cinquenta e sessenta, os movimentos camponeses surgem e atuam no Brasil, com um foco voltado a influência que estes vão ter no surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), No Rio Grande do Sul, e que influencia este vai ter do governo rio-grandense.

Com o final do Estado Novo em 1945, o Brasil viveu um período democrático, onde os movimentos sociais afloraram, entre eles os movimentos camponeses em luta pela terra. Uma revisão sobre esse período democrático e sobre a atuação dos movimentos camponeses, pode ser analisada na obra “Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil”, organizados por Miguel Carter. Nessa obra, o autor demonstra que embora a luta pela terra ocorra desde o início da colonização, foi no cenário democrático, onde a liberdade de expressão e organização estavam garantidos que estes movimentos se multiplicaram, evidenciando a precariedade em que boa parte dos camponeses brasileiros viviam, segundo o autor:

A redemocratização do país no imediato pós-guerra trouxe à luz conflitos latentes. Pouco a pouco, ganharam o espaço público questões que não eram novas, mas que atualizaram e adquiriram visibilidade de acordo com os diferentes tipos de tenção. A mais generalizada referia-se às lutas pela permanência na terra. (CARTER: 2010.p 117).

Nesse período democrático surgem uma série de movimentos camponeses, organizados pelas mais diversas vertentes, o Partido Comunista Brasileiro, a Igreja Católica e outros movimentos independentes como a *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil*, formado em Pernambuco no início com apoio do PCB que logo é rompido. Segundo Marluza Marques Harres, na obra “Resistencia Camponesa: Visibilidade e Diversidade de conflitos ao longo da história<sup>6</sup>” nesse momento se tem no país uma disputa pela organização

---

<sup>6</sup> O Master atuava com consonância direta com o governo do estado, tendo pleno respaldo para as mobilizações. A articulação com os comunistas e o apoio legal conferido pelo apoio estatal possibilitou a rápida e estratégica expansão do movimento. Este surgiu atrelado aos interesses e à política implementada regionalmente pelo Partido Trabalhista. (HARRES,2009, p 216)

dos camponeses que envolve diversos atores, incluindo aqui os setores articulados ao PTB no Rio Grande do Sul que formam o MASTER.

A criação do Master é um movimento de grande importância com o qual vamos dar um novo impulso à reforma agrária no Brasil, país em que nada menos do que 25 milhões de agricultores vivem sem terra. Desta vez – frisou – vai ser pra valer. E tudo farei para tornar o movimento iniciado em Encruzilhada de âmbito nacional, criando uma Federação de Agricultores Sem Terra e estabelecendo também contato com as Ligas Camponesas de Pernambuco. (HARES. 2008, p 203)

Embora faça uma análise do panorama nacional, apresentando os movimentos camponeses que ocorreram no país com suas peculiaridades, bem como a forma como são retratados pela historiografia, meu objeto principal de pesquisa são os fatos relacionados a reforma agrária que foi implementada no Rio Grande do Sul. Pretendo apresentar como ocorreu a participação dos movimentos camponeses na realização da reforma agrária no estado Gaúcho. Entender qual a relação destes movimentos com o governo de Leonel Brizola, e também o porquê da inviabilização desta reforma agrária.

É bastante estranho que diante do contexto democrático e das lutas camponesas que se multiplicaram no Brasil e foram amplamente documentadas e estudadas a experiência no Rio Grande do Sul tenha recebido tão pouco destaque. Tanto as *Ligas Camponesas*, quanto a participação do PCB ou a atuação da Igreja Católica, mereceram por parte dos historiadores uma ampla análise e produção documental.

Quanto a reforma agrária do Rio Grande do Sul, embora se encontre um vasto material que trate sobre o tema, este material fica restrito a teses acadêmicas, que por sua vez fazem uma abordagem muito restrita, se atendo todas elas ao estudo dos mesmos casos que representam menos de dez por cento, das mobilizações camponesas ocorridas no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1960 e 1964.

Esta falta de pesquisas que tenham uma maior abrangência sobre o tema, causa uma certa estranheza, pois de todos os movimentos do período, este foi o único que realmente produziu resultados práticos, ou seja, realmente efetivou a reforma agrária, distribuindo terras para os camponeses que a reivindicavam.

Assim, justiça-se esse trabalho na busca pelo entendimento de quais razões levaram a invisibilização e a desqualificação sobre a reforma agrária produzida no Rio Grande do Sul, nos

momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, mesmo diante dos seus resultados positivos.

## 2. HISTORIOGRAFIA SOBRE O TEMA

Neste capítulo pretendo apresentar como e quando se inicia a produção historiográfica sobre o tema, buscando, quais os autores são os precursores dos temas abordados em minha pesquisa, bem como o período em que se iniciam as produções que tratam do tema. Buscarei também apresentar as diferentes formas de se discutir o tema, e as posições que cada autor tem sobre o assunto.

Os estudos sobre o camponês no Brasil, não trazem para aqueles que queiram trabalhar este tema, uma bibliografia muito ampla, tanto no que se refere a quantidade de obras produzidas quanto, sobre a profundidade destas. Não são muitos os autores, e nem as obras que vão tratar sobre o tema do campesinato no Brasil, e para dificultar ainda mais os estudos sobre o tema, os estudos realizados sobre os camponeses acabam por estarem focados, sobre uma determinada classe de trabalhadores, ou sobre uma determinada região do país. Estes fatores acabam por dificultar o trabalho que vise tratar de uma história que seja mais ampla sobre o campesinato brasileiro, como nos é apontado por Guillermo Palácios.

É notória e notável a falta de tradição dos estudos sobre história camponesa no Brasil. Embora algumas teses de mestrado, produto de programas disciplinares específicos desenvolvidos ao longo da década de 1980, trabalhem a questão — basicamente no Rio de Janeiro do século XIX, e, como é de se esperar, com documentação limitada —, não existe praticamente nenhum estudo de fôlego que tenha tomado para si o encargo de discutir — com base em pesquisa razoavelmente abrangente — o papel que os homens e as mulheres livres e pobres do imenso interior do país, engajados em sistemas agrários centrados em cultivos de subsistência, tiveram na conformação dos processos sociais, políticos e econômicos que constituem a História do Brasil (Palacios, 1993, p.41)

Sendo o Brasil do período um país onde a grande maioria da população era camponesa, é muito pouco o que se produziu de pesquisas sobre esta parcela majoritária da população, principalmente se levarmos em conta o período que antecede a década de 60, e mesmo os estudos posteriores, feitos na década de 70 não vão ser capazes de desfazer a lacuna histórica sobre o campesinato no Brasil.

Apesar desses grupos terem compreendido, grosso modo, nove décimos da população livre dos séculos da colônia e talvez uma proporção ainda maior durante o Império. Nem sequer o tão (externamente) intenso quanto efêmero e ambivalente surto de interesse pelos “estudos camponeses” na década de 1970 foi capaz de beneficiar, historicamente falando, esse enorme segmento da população do Brasil, embora na sua esteira tenham-se multiplicado com certa profusão os estudos referentes aos movimentos do campesinato e categorias afins nos últimos decênios. (Palácios. 1993, p. 41)

Embora formando a grande maioria da população do Brasil o trabalhador rural vai chegar aos anos 50-60 sem ter sequer uma definição por parte da historiográfica que o coloque como pertencente a um segmento social definido que tenha ao menos sua nomenclatura definida quanto mais sua identidade como pertencente a uma classe, que possa abranger na sua totalidade esta que é a grande maioria da população do país no período. No entanto não podemos simplesmente achar que esta falta de definição, seja de responsabilidade dos historiadores que escrevem sobre o assunto no período, é necessário que se entenda toda a conjuntura em que a sociedade daquela época estava inserida, como apontado por Palácios na obra *Campesinato e Historiografia no Brasil*.

É de domínio público que até a segunda metade da década de 1950 tudo, menos “camponês”, era usado para denominar o pequeno produtor agrícola de gêneros de subsistência: “matuto”, “caipira”, “homem do campo”, “rurícola”, “colono”, “lavrador” “agricultor de subsistência” — até o mais recente e desenvolvimentista “produtor de baixa renda”. Foi necessário que o próprio sujeito da oração, por assim dizer, assumisse o termo “camponês” na sua conotação política (ligas, movimentos, lutas) para que no Brasil fosse possível falar e escrever com certa descontração sobre esse tipo de populações. Então, se a própria “realidade” sócio-política tem olhado com tanta ambiguidade para esses grupos, não é de se estranhar em demasia que os historiadores — seres sabidamente caracterizados pela cautela e pela reticência como instrumentos metodológicos —, tenham tido igualmente grandes dificuldades e profundos escrúpulos teóricos e conceituais na tarefa de descrever ou definir como “camponesas” as populações rurais livres e pobres que, desde o século XVIII, se reproduzem no Nordeste brasileiro com base na agricultura de subsistência e no trabalho família (Palácios, 1993, p. 42)

Embora a historiografia sobre o tema não sendo nem muito extensa, e nem muito abrangente, os estudos feitos sobre o tema tornam perfeitamente possível se realizar uma boa pesquisa sobre os movimentos sócias camponeses, e qual vai ser sua participação nos movimentos camponesinos que vão eclodir na década de 50-60, em busca de melhores condições de vida no campo e também na reivindicação pela reforma agrária em todo país.

Nos estudos sobre a formação da sociedade brasileira com ênfase no campo, Caio Prado Junior é notadamente um expoente na produção historiográfica do tema. Prado Jr mesmo não tendo no camponês seu objeto de pesquisa, acaba por descrevê-lo como sendo este o agricultor livre e pobre. Por ser este um dos primeiros trabalhos sobre a população camponesa, este vai se tornar fundamental para que entendamos como esta parcela da população era vista por aqueles que estudavam o trabalhador do campo, em 1942 Prado Jr vai publicar seu primeiro trabalho o qual intitula *Formação do Brasil Contemporâneo*, nesta obra embora com dito anteriormente não seja o camponês livre o alvo de sua pesquisa, este acaba sendo citado, nos permitindo assim

compreender um pouco a forma como este era percebido e tratado por aqueles que escreviam sobre o tema.

A atenção de Caio Prado Jr. pelos grupos aqui chamados de “cultivadores pobres livres”, o campesinato da sociedade colonial, apareceu inicialmente em *Formação do Brasil Contemporâneo*, obra de 1942. Nela o autor desenhava a dicotomia básica da agricultura dos primeiros séculos do Brasil (Palácios, 1993, p. 48)

Tanto em sua primeira obra, como em obras posteriores como *História econômica do Brasil* de 1945, e *Evolução Política do Brasil* de 1957, que fazem análises da vida rural do Brasil, Prado Jr vai deixar bastante claro seu desprezo ou desqualificação pelo trabalhador rural livre e pobre. Embora não sendo sobre o camponês que Prado Jr escreva, e sempre que o cita seja de forma pejorativa, ao menos em suas primeiras obras estas vão fornecer muito material bibliográfico sobre o tema, pois ao tratar sobre as grandes plantações Prado Jr vai acabar descrevendo estes indivíduos, mesmo que faça isto com a intenção de desqualificar, as populações que cercam esta grandes fazendas, como citado a seguir.

As populações que nelas se fixaram, populações marginais de baixo teor de vida na maioria, aí se encontram só porque não acham lugar nas zonas de maiores perspectivas que são da grande lavoura. A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de um a espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização [...] um elemento humano residual, sobretudo mestiços de índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então brancos degenerados e decadentes. (Prado Jr, 1942, apud, Palácios, 1993, p. 44)

Duas décadas vão ser necessárias para que Prado Jr volte a discutir com mais intensidade o tema agrário no Brasil, agora com uma visão muito mais equilibrada sobre as populações pobres do campo no Brasil, em uma coletânea de artigos intitulados *Questão Agrária*, mesmo mudando o trato com que definia o trabalhador livre sem-terra. Entretanto mesmo com o uso argumentos mais sofisticados sobre o tema, a linha geral não vai mudar, continuando a ser, a de definir o camponês como o que ele não é e nem nunca foi, ou seja proprietário de terra. (Palácios, 1993, p. 42-47).

O papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo Brasileiro — salvo as exceções, relativamente insignificantes, dos colonos do extremo sul do País e do Espírito Santo —, e que ainda cabe, é tão-somente, no essencial, o de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada. (Prado Jr, 1979, apud, Palácios 1993, p. 45)

Por final a última obra de Prado Jr que traz contribuição ao tema, obra intitulada *A Revolução Brasileira* de 1966. Nesta obra Prado Jr vai discutir as divergências partidárias das correntes Marxistas principalmente dentro do Partido Comunista Brasileiro, e em função destas vai discutir a questão do campesinato no Brasil. Nesta publicação Prado Jr vai dar a volta por cima se redimindo de suas conceituações anteriores com referência ao trabalhador livre e pobre do Brasil, e embora essa aceitação venha junto coma afirmação de que esta seria uma categoria a pouco criada, Prado Jr passa a compreender esta população como parte de camada da sociedade, aceitando-a como sendo uma classe camponesa. (Palácios, 1993, p. 42-47)

Palácios vai apontar em seu trabalho que não apenas é Prado Jr que vê o camponês livre e pobre como passivo dentro da sociedade em que vive, e cita Fernando Henrique Cardoso dissertando sobre o tema.

Em todo este processo de “passagem”, os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os “camponeses”, são as testemunhas mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadores da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os “rebeldes primitivos” da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível”. (Cardoso, 1975, apud Palácios, 1993, p. 48)

Já outros autores mesmo reconhecendo os limites a que os camponeses eram submetidos, dentro de uma sociedade agrária e burguesa, conseguem de forma muito clara reconhecer sua posição dentro desta sociedade e também colocá-los como participantes de uma categoria própria, como nos aponta (Gorennder, 1980).

Enquanto os agregados eram pequenos cultivadores dependentes da plantagem, os posseiros e sitiantes situavam-se fora dos limites da plantagem e tão somente por isso pode-se dizer que eram independentes. Do ponto de vista social, tinham a mesma origem dos agregados e formavam uma categoria afim. (Gorennder, 1980, p.299)

Se até os anos oitenta são poucas as publicações que tratam mais especificamente das questões do campesinato no Brasil, principalmente se buscamos obras com abrangência sobre o tema a nível nacional. A partir dos anos oitenta vai ocorrer um significativo aumento da historiografia sobre o tema, mas este aumento de trabalhos sobre o campesinato não vai significar que o tema sobre a reforma agrária, vá receber por parte dos historiadores uma atenção mais aprofundada.

O aumento da produção de pesquisas sobre o campo não vai mudar o cenário apontado anteriormente de escassez de trabalhos que tratem especificamente dos camponeses sem-terra, principalmente porque em sua maioria estes trabalhos acabem por tratar de organizações sindicais, como podemos ver na citação a seguir.

Até 1980, o pesquisador da questão sindical no campo encontrava uma escassa coleção de obras. Começando nos anos 30, foram publicados estudos de casos, jornalísticos ou sociológicos, ora de mobilizações contemporâneas, ora dos problemas e oportunidades associadas com a organização das relações rurais. Já nos anos 1980, aparecem estudos regionais e sínteses preliminares de bastante importância. A partir dos anos 90, surgem novas obras acadêmicas sobre os movimentos nas diversas regiões do país. (Clifford, 2006,62-63)

É importante que frisemos que de modo algum a limitação de pesquisas mais abrangentes sobre o tema, impedem de se realizar um bom trabalho. Desta forma (Clifford,2006) aponta que Independentemente de seu reconhecimento da falta de fontes que possam ajudar o pesquisador a fazer um trabalho mais profundo sobre o campesinato no Brasil, ressalta que estes não são motivos que devam levar os pesquisadores a menosprezar os movimentos pré-64, ao contrário devem aprofundar suas pesquisas sobre o tema como podemos ver na citação a seguir.

Enquanto a reforma agrária radical foi uma bandeira de luta no período pré-64, sua articulação dentro e fora do movimento sindical não está bem entendida. Estas questões e muitas outras restam a serem investigadas. O historiador e o pesquisador do campesinato no Brasil não podem ignorar o movimento sindical dos trabalhadores rurais do pré-64. São muitas questões a serem investigadas para entender a história social do campo e compreender os conflitos do presente. São questões de fato e interpretação que só pesquisa e tempo podem ajudar a resolver. (Clifford,2006, p. 71)

Pode-se dizer que mesmo não sendo muito ampla, e nem muito abrangente a historiografia sobre o tema (Clifford, 2009) vai apontar em sua obra uma série de autores e obras sobre o tema do campesinato, demonstrando assim que é possível se trabalhar este tema em uma pesquisa, se utilizando da historiografia disponível.

A intenção da narração que oferecemos aqui é mostrar que existem evidências suficientes para colocar em questão a opinião da maioria dos estudos de participação política dos camponeses (Azevedo, 1982; Queiroz, 1973; Forman, 1975; Martins, 1981; Camargo, 1986; Ricci, 1999). Segundo eles, os camponeses só entraram na cena política a partir do fim dos anos 40, início dos anos 50 do século XX. Para alguns, de fato, a entrada demorou até o fim dos anos 50, início dos 60. A extensão e a intensidade da participação política dos trabalhadores rurais nesse período da Guerra Fria foram, sem dúvida, maiores, mas as origens da formação da classe camponesa, pelo menos no estado de São Paulo, têm de ser procuradas no mesmo período que a classe operária estava em formação nas cidades, na segunda metade da República Velha. Só assim conseguiremos compreender a história social do campesinato no Brasil. Sobre esse, damos nossa contribuição entre um crescente número de estudos recentes, como Cliff Welch (1999), Leonilde Medeiros (1999), Bernardo Mançano Fernandes (2000), Neuri Rossetto (2003) e Paulo Pinheiro Machado (2004). (Clifford,2009, p.31)

Se por um lado os trabalhos produzidos sobre o tema acabam não sendo muito abrangentes, e também não aprofundando muito o tema, isto de forma alguma vai impossibilitar

que se possa realizar uma pesquisa de qualidade sobre o assunto, bastando para isto que se utilize de forma bastante didática o material historiográfico disponível.

## 2.1. HISTORIOGRAFIA SOBRE O TEMA NO RIO GRANDE DO SUL

Quando nos referimos aos movimentos sociais camponeses no Rio Grande do Sul, podemos dizer que o material historiográfico produzido sobre o tema não se diferencia do material produzido sobre o tema no restante do país. Embora encontremos obras que analisem movimentos ligados as lutas no campo, estas principalmente as produzidas antes do final da década de 1970, são estudos mais específicos de ações ligados a algum movimento ou categoria envolvendo o campesinato em pontos específicos do estado, não abrangendo o campesinato em sua totalidade no estado do Rio Grande do Sul.

Embora a historiografia sobre os movimentos de indígenas, posseiros, e pequenos agricultores, contenham o registro de conflitos que tem um amplo conhecimento histórico de luta pela terra no estado gaúcho, e podemos aqui citar como exemplos destes a guerra guaranítica,<sup>7</sup> (1753-1756) (1912-1916) e o massacre dos monges barbudos<sup>89</sup>(1938). Estes movimentos ainda são tratados por parte da historiografia, como movimentos messiânicos e não como movimentos de luta camponesa, independente do fato de que todos os dois movimentos tenham sido motivados por um mesmo fator “a luta pela terra”.

Outro confronto direto, dessa vez com forças do governo, foi o movimento dos Monges Barbudos em 1938, com características messiânicas. O episódio violento teve seu ápice num massacre realizado durante uma comemoração religiosa de um grupo de caboclos no território do município de Soledade. Entre as explicações para o confronto destaca-se a preocupação com a propriedade e com a orientação dos monges contrária ao plantio de fumo, gerando conflito de interesses com os comerciantes da região. Ou seja, a recusa dos caboclos em se submeterem ao mercado através da

---

<sup>7</sup> A Guerra Guaranítica: Foi um conflito onde indígenas da região dos Sete Povos das Missões, onde hoje é estado do Rio Grande do Sul, lutaram para barrar o avanço das tropas portuguesas e espanholas que queriam redefinir as fronteiras entre os dois países na América do Sul após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Por isto os indígenas tinham que deixar as terras onde viviam. Os índios resistiram de 1754 e 1756, até serem finalmente derrotados por um imenso exército coligado das duas nações europeias, mas o líder guarani Sepé Tiaraju se tornaria um ícone do movimento indígena nacional, lembrado até hoje como um dos maiores símbolos da resistência dos povos nativos do Brasil.

<sup>8</sup> A história do massacre dos Monges Barbudos de Soledade/RS Foi na Páscoa de 1938 - Decca França, Tácio Fiúza e pequenos agricultores foram assassinados pelo exército do Estado Novo a serviço dos comerciantes de fumo e fazendeiros. O fato aconteceu em Bela Vista, atualmente município de Lagoão/RS. Os barbudos seguidores de monges seguiam seus ensinamentos, defendiam a preservação das águas e das florestas, eram contra o plantio de fumo e uso de venenos. Defendia que só se utiliza-se a terra para produzir o necessário para o sustento das famílias.

produção de fumo parece ter sido um dos motivos do violento conflito. (Zarth,2008, p.239)

No estado gaúcho a historiografia sobre o campesinato, traz no entanto um diferencial da historiografia campestre do restante do país, que é a presença do imigrante Europeu, principalmente os Italianos e Alemães, que vão estar junto com o camponês nacional, geralmente chamado de caboclo na disputa pelo acesso à terra. (Zarth,2008) vai nos apontar esta peculiaridade da formação campestre do Rio Grande do Sul.

A história do campesinato no Rio Grande do Sul caracteriza-se pela configuração de dois tipos básicos de pequenos agricultores identificados por um critério étnico-cultural. De um lado, os diversos grupos de colonos imigrantes da Europa e, de outro, o lavrador nacional, também conhecido como caboclo, mestiço que descende de portugueses, povos indígenas e/ou africanos. (Zarth,2008, p. 223)

Zarth vai trabalhar com um amplo contexto de formação do campesinato no Rio Grande do Sul, buscando apontar a história desta formação focando principalmente nos séculos XIX e XX, mas é importante apontar uma sutil diferença com relação a maioria dos autores que tratam sobre o tema. Enquanto a maioria vai focar suas pesquisas nas décadas de 1950 e 1960, Zarth vai relatar a formação campestre chegando até os anos 50, ficando portanto de fora a parte mais importante para minha pesquisa que são a formação dos movimentos que levam a reforma agrária do governo Brizola. Embora trate basicamente do tema da formação campestre no estado gaúcho, relatando todos os agentes que participam desta, e apontando os conflitos recorrentes desta formação, vão ser os colonos europeus e seus descendentes que vão ser os atores principais de seus escritos, como podemos ver nesta passagem onde aponta autores que escrevem sobre o tema.

Uma interpretação marcante do campesinato sulino foi construída por autores como Jean Roche e Leo Waibel, que, partindo do conceito de zona pioneira, consideram importante a agricultura da região apenas após a colonização europeia, iniciada oficialmente com a fundação de diversas colônias a partir do século XIX. Esses dois autores clássicos são responsáveis por uma das mais difundidas leituras da história da colonização e da agricultura do Rio Grande do Sul. Suas obras são minuciosas e ricas em relação aos imigrantes, mas desconsideram ou minimizam a história dos habitantes anteriores que formam o campesinato regional. A centralidade dos autores é na colonização como progresso e desenvolvimento e considera a população pré-colonização como isolada e atrasada, seguindo uma leitura amplamente difundida para o conjunto do Brasil. Jean Roche, em sua obra sobre a colonização alemã, elaborada (Zarth,2008, p.225)

Tratando-se da historiografia sobre os movimentos campestres no Rio Grande do Sul, até o golpe civil militar de 1964, a disponibilidade de material para pesquisa é razoável. Permitindo que se possa realizar uma boa pesquisa, principalmente em relação ao foco do meu trabalho que é a reforma agrária de Brizola, com ênfase na participação dos movimentos sociais

na efetivação da mesma, e o porquê da invisibilização imposta pela historiografia sobre esta reforma.

Sobre os movimentos campesinos dos anos de 50-60 que são os que vão nortear meu trabalho sobre a reforma agrária executada por Leonel de Moura Brizola, no governo do Rio Grande do Sul. A bibliografia disponível vai apontar basicamente duas posições, a primeira que aponta o governo Brizola como sendo o articulador da formação do movimento dos agricultores sem terra “MASTER”. E um segundo que defende que na verdade Brizola teria se apropriado do movimento, que teria surgido de forma espontânea, sob a articulação de pequenos agricultores que se viam ameaçados de perder as terras em que viviam.

(Harres,2011) é a principal defensora da influência política no surgimento do movimento, como podemos ver na citação a seguir.

A organização de um movimento dos agricultores no Rio Grande do Sul, ainda incipiente na década de 1950, quando era impulsionada por comunistas e socialistas, passou a ser apoiada pelo governo do estado, sob controle do PTB, entre 1958 e 1962. Uma nova associação rural foi difundida por todo o estado – o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) – e passou a atuar construindo uma identificação coletiva capaz de integrar a variada gama de relações de trabalho existente no meio rural. O Master atuava em consonância direta com o governo do estado, tendo pleno respaldo para as mobilizações. A articulação com os comunistas e o apoio legal conferido pelo apoio estatal possibilitou a rápida e estratégica expansão do movimento. Este surgiu atrelado aos interesses e à política implementada regionalmente pelo Partido Trabalhista. (Harres,2011, p. 216)

Embora aponte a influência política na formação do MASTER Harres aponta como os tempos democráticos vividos nas décadas de 50-60, vão favorecer que o camponês comesse se politizar, e passe a reivindicar seu espaço dentro do contexto nacional, se organizando para buscar neste caso o acesso à terra. (Harres, 2011) vai apontar que os movimentos camponeses no estado gaúcho atuam em consonância com os movimentos reivindicatórios do restante do Brasil.

No Rio Grande do Sul a defesa do trabalhador rural e a luta pela terra ganharam visibilidade e alcançaram o espaço público no decorrer da década de 1950, culminando com grandes mobilizações no início dos anos 60. Como em outras regiões do Brasil, o contexto de abertura política e de democratização, inaugurado em 1945, possibilitou a politização de tensões e pressões do mundo rural, tradicionalmente neutralizadas pelo jogo do poder local. (Harres, 2011, p. 199)

Seguindo o mesmo pensamento (Silva, 2015) vai se apoiar em (Harres, 2007) para também apontar em artigo apresentado na XXIII simpósio nacional de história em julho de 2015 em Florianópolis, que o sucesso do MASTER tem por trás o mão do governo gaúcho.

No período em que Brizola governou o estado do Rio Grande do Sul ocorreu a “legitimação” da posse dos colonos, ou seja, a reforma agrária almejada pelo MASTER – criado nesse período – e pelo próprio governador, assim, conseguindo

seu êxito, pelo menos naquele momento. “O MASTER e o governo trabalhista [de Brizola] acabaram apoiando-se mutuamente na tentativa de instituir um programa de reforma agrária no Rio Grande do Sul.” (HARRAES, 2007, apud, Silva, 2015, p.7).

Seguindo no mesmo caminho (Silva, 2015) vai apontar também neste artigo o problema da apropriação das áreas de reserva indígena, que mais uma vês acabam por ter suas terras expropriadas em favor do colono branco, que já ocupou todos os espaços livres, e agora vê nas reservas indígenas muita terra para pouca gente, e passa a buscar para si este espaço.

A “nova colonização” da metade do século XX está calcada, na alta demanda pela terra no Rio Grande do Sul. Nesse período, correspondente a década de 1950/60 as terras no Rio Grande do Sul e no norte desse mesmo estado, estavam todas ocupadas. A demanda por novas terras, ou seja, com a legitimação da posse dos colonos em áreas indígenas e de reservas florestais, feitas pelo governador Brizola, para atender os interesses dessa classe chamada de sem-terra. Não somente o Brizola, mas outros ex-governadores também entendiam a política brasileira dessa forma: muita terra para pouco indígena; era necessária uma produção acelerada (em termos econômicos); e um terceiro item, agradar a massa sem-terra, os contemplando com novas terras. (Silva,2015, p. 17)

Poderia aqui apontar vários outros autores que seguem na mesma linha de pensamento em seus trabalhos de pesquisa, apontando para a efetiva participação política no movimento que vai ser o propulsor da reforma agrária no estado gaúcho, no governo de Brizola. Porém isto de pouco acrescentaria na historiografia sobre o tema.

Podemos também citar (Eckert, 2009) que por sua vez mesmo não negando a participação do governo na estruturação do movimento, vai defender sua independência quando do seu surgimento como movimento campestre, que segundo ela forçará a tomada de posição por parte do governo gaúcho, levando a efetivação da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, como podemos ver na citação a seguir.

Até fins de 1961, a organização do Master junto aos sem-terra era Incipiente. Foi a partir de janeiro de 1962 que o Movimento começou a adquirir grande impulso, resultado do apoio que o Governo Brizola passou a emprestar-lhe. Alguns autores colocam até mesmo a criação do Master como iniciativa do governador Brizola (Moraes, 1976; Zanzfelig, 1980). Entretanto, pelas informações levantadas, o governador Brizola passou a apoiar o movimento apenas a partir do segundo semestre de 1961, e a esse apoio podem e devem estar associados o impulso e a expansão que o Master passou a ter a partir de 1962. (Eckert, 2009, p. 76)

No entanto (Eckert,2009) vai ligar o surgimento do MASTER aos movimentos campestres que ocorriam no período em todo país, apontando que no estado gaúcho os camponeses sem terra atuavam em consonância com os camponeses do resto do país. Apontando que os mesmos agentes que trabalhavam na mobilização dos agricultores sem-terra em outras regiões do país também atuavam no Rio Grande do Sul.

O campesinato surge como uma força social organizada em nível nacional a partir da década de 1950, colocando no cenário político a discussão sobre a questão agrária. No Nordeste, em Goiás, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul surgiram vários movimentos, com destaque às Ligas Camponesas e à União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB), que estimularam a organização de camponeses de outros estados, somando-se à luta nacional pela reforma agrária. Esse processo de organização e agregação nacional passou a ser um dos aspectos principais das reformas de base defendidas no período. (Eckert,2009, p.72)

Como podemos ver em momento algum Eckert vai negar a participação do governo de Brizola nas ações desenvolvidas pelo MASTER, porem da mesma forma que não nega esta participação, também em nenhum momento deixa de defender a autonomia do movimento. Colocando o como um movimento que nasce sem ligações com o governo gaúcho, e que mesmo durante sua atuação claramente subsidiada pelo governo Brizola, teria mantido sua autonomia na tomada de decisões como apontado por (Eckert,2009).

A nota assinada pelo governador Brizola, recomendando a todos os agricultores que reivindicavam terras que se abstivessem de movimentos reivindicatórios ostensivos, foi publicada na imprensa (*Última Hora*, 12/02/62). Mas manifestações de agricultores sem-terra foram ainda organizadas em 11 de fevereiro e nos dias seguintes. Esse acordo, aparentemente, reforça a tese que enquadra o Master como um movimento oficialista, organizado por Brizola. Indicando, portanto, que o governador pudesse, também, suspender suas ações quando bem entendesse. Entretanto, as evidências do momento demonstraram ser relativa a capacidade de Brizola de determinar o andamento das manifestações, uma vez que muitas continuaram a ocorrer apesar dos apelos do governador. (Eckert, 80)2009, p.80)

Como já citado anteriormente o material historiográfico disponível para esta pesquisa no que tange ao Rio Grande do Sul é satisfatório, no que se refere a quantidade de autores que trabalham este assunto, no entanto em relação a estudos mais aprofundados sobre o tema não se encontra nenhuma pesquisa que possa ser indicada como de referência, para análise em um trabalho acadêmico. Da mesma forma que são muito poucas as correntes historiográficas sobre o tema, se restringindo praticamente a duas vertentes, a que defende Brizola como responsável pelo surgimento do Movimento dos agricultores sem-terra (MASTER), e a que defende que Brizola não foi o responsável pelo surgimento do mesmo, mas sim se apropriou do mesmo para fazer política. Já sobre os motivos que levaram a pouca produção historiográfica, e a uma divulgação ainda menor sobre a reforma agrária feita no estado gaúcho, a qual defino em meu trabalho como “invisibilização” não há produção historiográfica, o que não atrapalha este trabalho ao contrário me auxilia em minha pesquisa.

### **3. CAPÍTULO I – AS LUTAS CAMPONESAS EM TEMPOS DE DEMOCRACIA 1945-1964 E SUAS INFLUENCIAS NO RIO GRANDE DO SUL.**

#### **3.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950-1960**

Neste trabalho, analisarei a reforma agrária feita durante o governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Buscarei compreender a mesma, a partir da participação dos movimentos camponeses na luta pelo direito ao acesso à terra.

Apresentarei o contexto em que se encontra a sociedade agrícola brasileira, principalmente os agricultores sem-terra, sua organização na busca de terra e melhores condições de trabalho, como também quem são os agentes que auxiliam os trabalhadores sem-terra nesta empreitada, no momento em que Brizola chega ao governo do estado gaúcho. Por isto apresento nesta parte uma pequena contextualização, sobre os agentes presentes, que vão atuar neste período, que vai abranger o final da década de 50 e o início da década de 60.

O trabalhador rural sem-terra é fundamentalmente o ator principal neste palco, mas este, é disputado por vários agentes, que buscam através de sua organização captar para si a massa trabalhadora. Neste cenário, despontam como principais agentes que atuam em todo o Brasil, o Partido Comunista Brasileiro(PCB), as Ligas Camponesas, “Ligas de Julião” a Igreja católica, e no Rio Grande do Sul o Movimento Dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Ocorre também a atuação política do governo federal, e do congresso nacional, mas estes não farão parte deste estudo, podendo apenas ser citados para melhor se compreender alguns episódios.

Nesta parte do trabalho vou apresentar de forma bastante sucinta, cada um dos agentes que vão se juntar aos agricultores sem-terra, na busca pela reforma agrária, apresentando um pouco de sua História e forma de atuação junto aos movimentos reivindicatórios dos agricultores.

#### 4. O PCB:

Pertence ao PCB<sup>10</sup>, a iniciativa da organização camponesa no Brasil republicano. Desde sua fundação na década de 20, o PCB passa a atuar na organização do trabalhador do campo, já em seu II congresso realizado entre o final de 1928 e início de 1929 os trabalhadores rurais em cada região do país, devido, as diferenças existentes entre regiões pelo tamanho do Brasil, o que impossibilitaria que se traçasse diretrizes gerais para todo o território (SANTOS , 1996,p.39-42), embora sua breve atuação dentro da legalidade, o PCB mesmo na ilegalidade, vai continuar atuando na formação das primeiras ligas camponesas no Brasil.

Mesmo que a atuação do PCB na formação das ligas camponesas, não tenha recebido por parte da História a mesma atenção que as ligas de Julião<sup>11</sup>, sua importância para a formação das lutas camponesas não pode e nem deve ser subestimada, merecendo dos historiadores um olhar mais contundente, que poderia nos dar uma melhor compreensão de sua importância na formação dos movimentos sociais de agricultores no Brasil, como apontado por (Santos, 2017).

No entanto, as poucas e ao mesmo tempo contundentes assertivas sobre as Ligas Camponesas comunistas parecem ter deixado de lado alguns componentes importantes de sua trajetória histórica. De certo muito pouco se escreveu sobre as primeiras propostas de criação dessas entidades no interior dos círculos intelectuais de esquerda e do próprio movimento dos trabalhadores. (SANTOS ,2017, p.5)

Após o período conhecido como era Vargas<sup>12</sup>, (1930/1945) o Brasil vai viver um breve período de liberdade democrática, onde vai se ver os movimentos sociais aflorarem em todo o país. Não vai ser diferente com os movimentos camponeses, que vão surgir em todo o território brasileiro, ainda em outubro de 1945 o PCB volta a ter seu registro eleitoral concedido, e pode voltar a atuar na legalidade, mas por pouco mais de um ano, pois já em 1947 tem seu registro casado e volta a ilegalidade, permanecendo nela até a redemocratização do país, com o final do regime militar que se instalou no Brasil com o golpe civil militar de 1964, neste sentido (Morais 2006), faz o seguinte apontamento.

Nesse caminho operaram os ativistas do Partido Comunista realizado, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se então, centenas de Ligas Camponesas, que

---

<sup>10</sup> **Partido Comunista do Brasil (PCB)** Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o objetivo principal de promover no Brasil uma revolução proletária que substituísse a sociedade capitalista pela sociedade socialista

<sup>11</sup> Movimento campesino fundado em 1955 no engenho Galileia em Pernambuco, que recebe inicialmente o nome de liga da galileia, mas ao receber o apoio do advogado Francisco Julião, ganha volume e notoriedade, se espalhando por todo país e ficando conhecido como ligas de Julião

<sup>12</sup> Período que durou o governo de Getúlio Vargas que teve início em 1930 e durou até 1945.

reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa (MORAIS, 2006, p.22).

Mesmo impedidos de atuar legalmente sob a bandeira do PCB, muitos de seus membros continuaram a atuar nos movimentos sociais de base, tanto nas cidades quanto no campo. Mesmo obrigados a se aglutinar sobre outras bandeiras partidárias, para poder participar das disputas eleitorais, o partido mantém sua organização, e suas ações em busca da organização do trabalhador rural, em 1953 o PCB realiza a primeira conferência dos trabalhadores agrícolas e camponeses. Marcando desta forma sua forte atuação junto aos trabalhadores do campo, em 1954 realiza a segunda conferência, nesta conferência e criada a união dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil, a ULTAB<sup>13</sup> primeira organização que tem por objetivo unir todas as organizações locais de trabalhadores rurais do país, sob uma mesma bandeira de luta. Também nesta conferência se aprovou a realização de um abaixo assinado, para colher cinco milhões de assinaturas em todo o país, em favor da realização da reforma agrária (SANTOS, 2017).

Sim, porque as Ligas do Nordeste também conhecidas como “as Ligas de Julião” – este, cabe informar, era deputado pelo Partido Socialista Brasileiro – foram criadas a partir de 1955. Já as Ligas Comunistas foram criadas 10 anos antes pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1945. É bem verdade que sua existência foi demasiado curta, apenas dois anos. Em 1947 todas elas tinham sido fechadas por consequência da decretação de ilegalidade do PCB por parte do Tribunal Superior Eleitoral. A efemeridade dessas Ligas Camponesas comunistas, talvez tenha servido de motivo para que os estudiosos pouco tenham se detido sobre ela. A bem da verdade, sua curta existência era tida como um seguro fiador de sua fragilidade, tanto em termos de uma organização inadequadamente estruturada quanto de uma entidade com pouca adesão junto às camadas camponesas. Fragilidade essa que adviria, sobretudo, de sua ligação umbilical com o PCB. Nesse sentido, tanto o surgimento quanto o desaparecimento dessas Ligas não eram mais do que repercussões das venturas e desventuras de seu verdadeiro criador e tutor, o PCB. (SANTOS, 2017, p.4)

Embora seja o precursor da organização das ligas camponesas no Brasil, o PCB no final da década de 50, passa a priorizar a organização de sindicatos. Entendendo que o trabalhador

---

<sup>13</sup> A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – foi uma organização criada em 21 setembro 1954, na cidade de São Paulo, por ocasião do evento da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e contou com o apoio do movimento sindical, dos trabalhadores agrícolas e com a ajuda dos militantes comunistas do Partido Comunista Brasileiro. O objetivo da ULTAB era organizar os trabalhadores rurais do Brasil. Os principais líderes fundadores do movimento, que tiveram renomes nacionais, foram: Geraldo Tibúrcio, Jofre Correia Neto (em São Paulo), José Porfírio (em Goiás), Lyndolpho Silva (no Rio de Janeiro), José Portela e o Jornalista Nestor Vera.

rural deveria ser tratado da mesma forma que o trabalhador urbano, pois ambos fariam parte da classe trabalhadora, e, portanto, deveriam merecer o mesmo tratamento, conforme citado por (Clifford,2006) em *movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964*.

Na ideologia deste partido, o camponês fazia parte da classe trabalhadora e deveria ser organizado e mobilizado junto aos operários urbanos para construir e fortalecer o proletariado que um dia tomaria o poder e construiria o comunismo no mundo. Por isso, a organização classista foi um passo importante e, portanto, o sindicalismo rural recebeu apoio constante do PCB. De 1949 até 1964, o setor do campo do partido publicou o primeiro jornal camponês de circulação nacional – *Terra Livre* – redigido unicamente para identificar os problemas dos trabalhadores rurais e mobilizá-los para reivindicar soluções frente às autoridades. Em 1954, o PCB organizou a primeira conferência nacional dos trabalhadores rurais e fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Organizadores da ULTAB militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil. Lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em junho de 1963. (CLIFFORD,2006, p.61)

Embora se mantenha atuante junto ao campesinato, o fato de padronizar sua atuação, tratando o trabalhador do campo da mesma forma que o trabalhador urbano, vai ser fundamental para que o PCB, acabe perdendo sua influência sobre o trabalhador rural, e possibilitando que um novo movimento ocupe este espaço junto ao campesinato.

## 5. AS LIGAS DE JULIÃO

Já as ligas camponesas que surgem no Brasil ainda no início dos anos 40, sob a tutela do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>14</sup>, vão alcançar seu apogeu na luta camponesa do Brasil em 1955 sob a tutela de Francisco Julião. É em 1955 que vai ser criada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que mais tarde passaria a ser designada como, “Liga Camponesa da Galiléia”. Foram os próprios moradores do Engenho Galiléia, que por iniciativa própria, vão criar uma sociedade civil beneficente de auxílio- mutuo, conforme cita o próprio Julião, no livro *Camponeses Brasileiros*, porem com as ameaças de despejo, se unem para lutar pela permanência na terra em que viviam no município de Vitória de Santo Antão, não muito longe do Recife. Como vemos apontado por (Julião, 2011) na citação a seguir.

Queremos deixar bem claro, para esclarecer uma velha dúvida, que não interferimos sequer na fundação dessa sociedade, a liga-mãe ou inspiradora de dezenas e dezenas de outras que, hoje, se espalham pelo Nordeste e várias regiões do país. Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõezinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora. O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica. No Engenho Galiléia havia, como ainda hoje, 140 famílias camponesas, totalizando quase mil pessoas. As autoridades negavam-lhes o direito de ter uma professora, e o dono do latifúndio, um absenteísta, apesar de ter filhos diplomados, graças ao foro arrancado anualmente daquela pobre gente, também não cumpria o artigo da Constituição Federal que obriga todo estabelecimento agrícola com mais de cem trabalhadores a manter escola gratuita para eles e os filhos. Na sua humildade, os camponeses da Galileia, depois de constituírem a diretoria da sociedade, com presidente, vice-presidente, tesoureiro e outros cargos, convidaram o próprio senhor de engenho para figurar como presidente de honra. Houve posse solene, saindo o dono da terra satisfeito porque era o único da região a receber essa homenagem dos foreiros explorados. (JULIÃO,2011, p.276)

Esta sociedade vai passar a ser denominada de liga camponesa, em alusão as ligas fundadas pelo PCB. Embora o motivo desta associação fosse o de peiorar o movimento, o efeito foi contrário, uma vez que está denominação acaba sendo incorporada pelos agricultores, e vai estimular o surgimento de dezenas de movimentos de agricultores, que buscam além do direito de ter seu pedaço de terra, também melhores condições de trabalho, mais direitos sociais e

---

<sup>14</sup> As Ligas Camponesas surgiram no Brasil, ainda na década de 1940, sob a tutela do *Partido Comunista Brasileiro* – PCB. Foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados do país.

menores taxas de arrendamento, sendo desta forma apontado por (Santos,2017), na citação que vemos a seguir.

O movimento de pequenos lavradores desencadeado a partir de meados da década de 1950, no interior de Pernambuco, conquistaria em pouco tempo a plena repercussão não só no estado como em boa parte do território brasileiro. As iniciativas de protesto e as formas de pressão dos foreiros do Engenho da Galiléia serviam de inspiração para trabalhadores agrícolas da Paraíba, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais empunharem com decisão a bandeira da Reforma Agrária. Tal movimento ficaria conhecido pelo nome de Ligas Camponesas, tendo o advogado e deputado pernambucano Francisco Julião como seu maior expoente, o qual teria sido também o de membros do movimento revelavam a sua disposição ao uso da força, isto é, o emprego das armas de modo a serem atendidas suas reivindicações se fosse preciso. Suas ações e falas (notadamente as de Julião) teriam exercido um grande fascínio em largas camadas não só dos trabalhadores rurais como também da intelectualidade urbana de esquerda. Não à toa, uma das primeiras iniciativas dos militares logo após o Golpe de 1964, foi justamente fechar as Ligas Camponesas e perseguir tenazmente os seus principais líderes. (Santos, 2017, p. 3)

Ao procurarem ajuda de Julião, os agricultores vão encontrar o apoio que necessitam para implementar sua luta, em busca de direitos. Julião já atuava a muitos anos na defesa de camponeses, mas de forma isolada, esta vai ser a primeira oportunidade que terá de defender de forma coletiva um grupo de agricultores, o próprio Julião vai descrever esta situação no livro camponeses Brasileiros. Onde descreve este encontro com os camponeses, que o procuram em busca de amparo jurídico e político para sua causa, que neste momento é a de permanecer nas terras que ocupam, e das quais estavam sendo ameaçados de despejo. (Julião, 2011), descreve estes fatos desta forma.

Depois de passarmos mais de dez anos mantendo contatos isolados com camponeses, como simples advogado, no recinto fechado dos pretórios, diante de juízes bitolados pelo Código Civil, era aquela a primeira vez que nos víamos em frente a um grupo de camponeses, debatendo com eles a melhor forma de lutar pela sua permanência na terra, contra o feudalismo que os sufocava. Acabávamos de receber um mandato de deputado à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Dispúnhamos de duas tribunas – a judiciária e a política. (Julião, 2011, p.277)

Neste momento se inicia uma nova etapa na luta camponesa no estado de Pernambuco, luta esta que vai incentivar a criação de centenas de movimentos, que vão adotar a denominação de ligas camponesas. E se juntarão sob uma mesma bandeira, para buscar dê direitos básicos, muitos dos quais já garantidos por leis, que não eram cumpridos pelos latifundiários, até a busca pelo direito de possuir um pedaço de terra que pudessem chamar de seu. Como podemos ver apontado por (Motta e Steves,2006).

Para os camponeses, o ocorrido no Engenho da Galileia tornou-se o primeiro passo para a realização do sonho da reforma agrária em várias “galileias” do país. No

entanto, o ardil constitucional que impunha que a desapropriação só podia ocorrer mediante indenização em dinheiro tornava inviável na prática a generalização da decisão judicial encontrada para o caso do citado engenheiro. (Motta e Steves,2006, p.9)

As ligas camponesas se espalham por todo o Nordeste, e avançam Brasil a dentro. Entre as principais ações que levam ao avanço das ligas, está com certeza o fato da vitória obtida na galileia, que dá esperanças a milhares de agricultores que naquele momento, vivem situações parecidas aos agricultores que viviam na galileia, ou seja, sofrem com ameaças de serem expulsos das terras em que vivem, junta-se a isto o fato de que as ligas, através de sua assessoria jurídica, oferecem todo o apoio que os movimentos filiados a elas necessitam, dando assim mais confiança para que os agricultores sem-terra busquem reivindicar o direito à terra, como podemos ver na citação de (Motta e Steves,2006), que fazem o seguinte apontamento.

De fato, a desapropriação do Galiléia foi manchete de jornais de várias capitais do país, demonstrando a importância então adquirida por aquela Liga. Para os setores mais conservadores, a decisão judicial teve como efeito a propagação de um movimento subversivo e o desrespeito à propriedade particular. Temia-se a ampliação da experiência para outros estados tendo em vista que na maior parte deles organizações de trabalhadores rurais travavam lutas intensas reivindicando a posse da terra, o que poderia desencadear uma avalanche de desapropriações por todo o país. Em 18 de fevereiro de 1960 o jornal O Estado de São Paulo registrou em editorial suas impressões, num artigo intitulado, “Demagogia e extremismo” [...] Essa divergência se tornou evidente quando da delimitação no seio das Ligas entre as linhas de atuação “julianistas” e aquelas traçadas pelos comunistas. Em termos gerais, os primeiros alinhavam-se às teses de reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, enquanto os últimos seguiam a orientação sindical do PCB. (Motta e Esteves, 2006, p. 8-10)

Como podemos ver na citação acima a principal diferenciação que se faz das ligas de Julião<sup>15</sup>, e as do PCB neste período, vai ser a forma de luta proposta, sendo que o PCB, prefere se utilizar dos caminhos legais para alcançar a reforma agrária, já para as ligas de Julião vai prevalecer o termo “na lei ou na marra”

---

<sup>15</sup> As **Ligas Camponesas**, ou **ligas de Julião** foram um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) **Francisco Julião** (1915-1999). As Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” contra a secular estrutura latifundiária no Brasil.

## 6. IGREJA CATÓLICA

Também a Igreja católica<sup>16</sup> vai buscar seu espaço de influência dentro das comunidades de agricultores sem-terra em todo país, sentindo que está perdendo sua hegemonia no controle daquela, que neste período representava a maior parcela da população brasileira, que era a população camponesa. A Igreja vai entrar na luta pela organização do camponês, se pondo assim diretamente na disputa pelos agricultores sem-terra, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e com as ligas camponesas, também conhecidas como “ligas de Julião”, e no Rio Grande do Sul com o Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER).

João Pedro Stedile em *A Questão Agrária no Brasil 2005*, vai dedicar dois capítulos do livro para apontar dois momentos nos anos 50 e 60 em que a igreja católica busca protagonizar a organização da reforma agrária no Brasil. O primeiro é o capítulo três do livro ao qual denomina de, *A Primeira Proposta de Reforma agrária da Igreja 1950*, e o segundo é o capítulo quatro, o qual é assim nominado, *Propostas de reforma agrária da Igreja conservadora 1961/1962*.

Esta primeira proposta formulada vem da primeira semana ruralista da diocese de Campanha em Minas Gerais. E segundo Stedile aponta na introdução do capítulo, é uma proposta conservadora, e que tem por objetivo mais que ajudar os colonos sem-terra, buscar resolver um problema que vinha afligindo, de forma parecida, tanto a igreja católica, quanto os fazendeiros, que era a perda do controle sobre a massa trabalhadora rural, conforme é citado. “A preocupação do bispo era de que os trabalhadores, indo para as grandes cidades, se tornassem comunistas. E a preocupação dos fazendeiros era com a perda da mão de obra barata” (Stedile, 2005, p.29).

A preocupação da igreja era a de defender seus próprios interesses, isso fica mais claro quando observarmos quem foram os participantes desta primeira semana ruralista, que também foram os formuladores desta primeira proposta de reforma agrária da igreja, como podemos ver exposto no início do documento, que foi formulado como resultado desta primeira semana ruralista da diocese de Campanha em Minas Gerais, e apresentado por (Stedile,2005).

Permitiu a Divina Providência que a Diocese de Campanha visse reunidos, em sua Primeira Semana Ruralista, em torno de 60 párocos rurais, 250 fazendeiros, mais de 270 professoras rurais, além de religiosos e religiosas representando os estabelecimentos de ensino secundário, cuja absoluta maioria de alunos provêm da

---

<sup>16</sup> A Igreja Católica, chamada também de Igreja Católica Romana e Igreja Católica Apostólica Romana, é uma Igreja cristã com aproximadamente dois mil anos, colocada sob a autoridade suprema visível do Papa, Bispo de Roma e sucessor do apóstolo Pedro.

zona agrícola. A Ação Católica Brasileira, diante do ritmo da semana e das conclusões a que os trabalhos chegaram, timbra em esperar que aqui se inicie um grande e fecundo movimento de Ação Católica Rural a estender-se a todo o país. (Stedile,2005, p.30)

Como podemos ver não falta para a Igreja Católica motivos para se engajar na luta pelo controle da organização camponesa no Brasil, mas isto não significa que os camponeses serão ouvidos ou terão espaço para participar de elaboração das ações, que a Igreja desenvolvera com relação ao agricultor sem-terra. No decorrer do mesmo texto, fica claro a preocupação da Igreja com a perda de fiéis, principalmente para o movimento comunista, que vinha captando seguidores em todo o mundo, e não diferentemente também no Brasil, como podemos ver nesta citação feita por (Stedile,2005) de parte do documento produzido, na primeira semana ruralista da diocese de Campanha em Minas Gerais, no ano de 1950, por Dom Inocêncio Engelk, bispo daquela diocese:

Ficou célebre a confissão corajosa de Pio XI: “O maior escândalo do século 19 foi ter a Igreja perdido a massa operária”. O Santo Padre pensava, sobretudo, nos operários das fábricas. É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do Pontífice: “Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”. (Stedile, 2005, p. 31)

No quarto capítulo do livro *a questão agrária no Brasil 3*, Stedile, traz as propostas de reforma agrária feitas pela igreja católica nos anos de 1961/1962, embora mais engajada com o agricultor sem-terra, permitindo que participem das discussões a respeito da reforma agrária, a igreja vai aprofundar sua defesa em favor do direito à propriedade, como podemos ver no texto que nos é apresentado por (Stedile,2005) no livro *a questão agrária no Brasil 3*.

É urgente e indeclinável dever do Estado defender a propriedade. “Possuir singularmente bens como seus é direito dado ao homem pela natureza” (Leão XIII, Rerun Novarum). De outro lado, “não é lícito à consciência cristã admitir como justa uma ordem social que, em máxima parte, nega ou torna praticamente impossível ou vão o direito natural de propriedade tanto dos bens de consumo quanto de produção” (Pio XII, AAS, 1944 p. 252). (Stedile,2005, p. 64)

Neste momento a igreja demonstra o quanto está preocupada com o avanço do Comunismo, e do Socialismo dentro dos movimentos agrários no Brasil. E embora também faça suas críticas ao capitalismo, vai ser contra os dois primeiros, que a igreja vai concentrar seus ataques, combatendo suas ideologias, e apresentando-os como movimentos que acabariam com todas as propriedades privadas. Transformando os agricultores em serviçais do estado, continuando sem direito a posse da terra, como apontado por (Stedile,2005), no livro *A Questão agrária no Brasil 3 Programa de reforma agrária 1946-2003*.

O socialismo e o comunismo propõem-se resolver tais problemas, mas com sacrifício do homem, a quem recusam simplesmente toda e qualquer porção de terra, pequena

ou grande. O capitalismo, a seu turno, quer dar-lhes solução também com sacrifício do homem pelo favorecimento do latifúndio, como base de uma revolução industrial, já agora na agricultura, realizada a qual a propriedade da terra produtiva passará a opacas e impessoais companhias e sociedades, com dimensões proporcionadas às de seus domínios territoriais (Stedile,2005, p. 63)

A respeito da atuação da igreja e suas intenções, (Montenegro, no livro *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Luta*, se posiciona da seguinte forma a respeito da formação dos sindicatos rurais, organizados pela igreja, que com isto buscava se firmar na organização do campesinato, e também enfraquecer as ligas camponesas e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Por um lado, o estudo da acirrada disputa que se estabeleceu entre a Igreja Católica, setores da esquerda (fundamentalmente o Partido Comunista) e as Ligas Camponesas, pela hegemonia na condução das lutas sociais que começavam a eclodir no meio rural em Pernambuco. Nesse aspecto, além de estabelecer as linhas dessa disputa, procuro analisar como a Igreja Católica teve um papel decisivo na criação dos sindicatos rurais pelo Ministério do Trabalho, antes do golpe civil-militar. A formação dos sindicatos rurais foi um meio de enfraquecer as Ligas Camponesas, as quais eram associações civis criadas no vazio deixado pela legislação, que dificultava a fundação dos sindicatos no campo. (Montenegro, p.24)

No momento em que fervilham os movimentos campesinos no Brasil, se acirrando as disputas por terra, entre a burguesia latifundiária, e os agricultores sem-terra, também é o momento em que se digladiam pela busca do controle destes movimentos as Ligas Camponesas “ligas de Julião” o Partido Comunista do Brasil “PCB”, a Igreja católica, no Rio Grande do Sul, o Movimento Dos Agricultores Sem-Terra “MASTER”.

## 7. O MASTER

É neste contexto, que nasce no Rio Grande do Sul, o (MASTER), Movimento dos Agricultores Sem Terra, que será o movimento norteador de minha pesquisa, que tratara sobre os movimentos sociais, e sua importância na realização da reforma agrária do governo de Leonel De Moura Brizola, no Rio Grande do Sul. Vou analisar como este movimento, influenciara na origem daquela que será a primeira reforma agrária, feita no Brasil, por um órgão oficial da república, neste caso, o estado do Rio Grande do Sul, que dentro das normas legais vigentes no Brasil vai protagonizar esta reforma.

Embora seja o MASTER, quem efetivamente vai protagonizar os movimentos reivindicatórios pela reforma agrária na década de 60, no Rio Grande do Sul, é conveniente que lembremos, que o estado gaúcho foi protagonista de diversos movimentos, que defendiam o direito de acesso à terra, podemos citar aqui dois deles que se destacaram. 1) A guerra guaranítica, (1753-1756) travada por índios e jesuítas que defendiam seu direito de permanência nas terras em que residiam, contra espanhóis e portugueses que queriam sua saída. 2) O massacre dos monges barbudos, (1938) luta de posseiros pobres, pelo direito de não cultivar o tabaco nas terras que ocupavam, e pela liberdade de expressar sua religião. Em todos os casos, ao final o que se viu foram massacres, promovidos pelo estado contra populações que só buscavam liberdade, e o direito de permanecer na terra e dela tirar seu sustento. Mesmo que para muitos historiadores estes movimentos, como muitos outros ocorridos em outras partes do Brasil, fossem movimentos de cunho religioso, devemos observar que no pano de fundo de todas estas lutas, está a busca pelo direito à terra, ou melhor pelo direito de permanecer na terra, como aponta Sch(illin, 1979).

“Durante todos esses séculos o interior brasileiro foi cenário de lutas permanentes. Algumas assumiram o caráter definido de rebelião de escravos, como a epopeia de Palmares (que resistiu quase um século) e dezenas de outros quilombos. Outras, apesar de serem apresentadas pela historiografia oficial como levantes de fanáticos religiosos, foram autênticas rebeliões camponesas (Canudos, Contestado, etc.)” (SCHILLING,1979, p.127)

Mesmo no campo da articulação campesina, que a partir da década de 50 começa a se organizar na busca de seus direitos, o MASTER não foi o pioneiro. Pois no Rio Grande do Sul <sup>17</sup>já atuava desde o início dos anos 50, o PCB, que vinha trabalhando na formação de sindicatos rurais, como podemos ver impresso em um de seus órgãos de divulgação, o jornal terra livre de

---

<sup>17</sup> Jornal publicado pelo PCB que tinha sua atuação exclusiva na área campesina.

Julho de 1954, que traz a seguinte manchete” Fundado o Sindicato Rural de Jaguarão”(Terra Livre segunda quinzena de Outubro primeira quinzena de Novembro 1954,p.5) entre suas notícias, a formação de mais um sindicato de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, na localidade de Xarqueada, no município de Jaguarão. Na mesma notícia o jornal também aponta, que coube ao sindicato dos trabalhadores rurais de Pelotas, auxiliar na formação deste, demonstrando assim a existência de uma organização comunista, que trabalhava na organização dos trabalhadores rurais, no estado gaúcho. Fato confirmado por (ECKERT,2009), que faz a seguinte observação.

As primeiras propostas de organização de agricultores no Rio Grande do Sul ocorreram por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha em vista formar sindicatos de assalariados rurais. Os primeiros sindicatos desse tipo foram criados em Pelotas, em Jaguarão e em São Gabriel, tendo sido fundado por volta de 1954, mas sem reconhecimento legal. Os comunistas também foram responsáveis pela organização de embriões de sindicatos em outros municípios, onde, em geral, predominava o assalariamento rural. (Eckert,2009, p.71)

Embora os problemas dos agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul, não fossem diferentes, dos problemas que ocorriam com os agricultores sem-terra no restante do país, e mesmo havendo no estado gaúcho a atuação do PCB, e da igreja católica, estas atuações ocorreram de forma muito discreta, a ponto de praticamente desaparecerem com a criação do Movimento Dos Agricultores Sem Terra (MASTER).

O MASTER vai surgir da necessidade de um grupo demais de 300 famílias de pequenos agricultores “posseiros” lutarem pelo direito de posse das terras em que residiam, muitos deles a mais de 50 anos. Quando as terras que ocupavam passam a ser reivindicada, por um latifundiário Uruguaio, que se dizendo proprietário das mesmas entra na justiça pedindo a reintegração de posse das mesmas, como é apontado por (Eckert,2009) no terceiro capítulo do livro *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, capítulo este que tem por título, *O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*.

O Master surgiu, em 1960, com a tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área de 1.800 hectares, situada no município de Encruzilhada do Sul, que, por cinquenta anos, esteve em poder de 300 famílias de posseiros. Com o apoio do prefeito, Milton Serres Rodrigues, os posseiros dispuseram-se a lutar pelo direito de permanência. No dia 24 de junho de 1960, por iniciativa daquele prefeito, foi fundado o primeiro núcleo do Master na cidade de Encruzilhada do Sul, contando com a participação de Paulo Schilling (na ocasião, superintendente da fronteira do sudoeste) e Ruy Ramos (na época deputado federal pelo PTB). Foi ainda lançado um manifesto no qual eram destacados o entrave causado pelo monopólio da terra e a necessidade de que ela pertencesse a quem a tratava e nela trabalhava. (Eckert,2009, p. 73-74)

Criado em 1960 vai ser a partir de 1962 que o MASTER, vai passar a ter uma atuação mais fecunda nos movimentos de reforma agrária, mais precisamente em 8 de Janeiro de 1962,

o MASTER realiza a primeira ocupação, de uma área de terra reivindicado a para a reforma agrária. É importante citar que todo processo de ocupação, é feito dentro das prerrogativas legais, sendo que os sem-terra acampam as margens de uma estrada de acesso a fazenda, sem no entanto invadir a mesma, deste modo não infringiam nenhuma lei, e portanto não davam motivo para que pudessem sofrer qualquer tipo de repressão, por parte das entidades públicas.

O primeiro acampamento formado na época foi o do município de Sarandi, montado em 8 de janeiro de 1962. A área visada ocupava 25 mil hectares de propriedade de três sócios de uma firma uruguaia que a haviam adquirido havia quarenta anos. De acordo com matéria do jornal *O Nacional*, de Passo Fundo (15/01/1962), diversas famílias pertencentes às Ligas Camponesas e oriundas de Nonoai fixaram-se em Ronda Alta, no município de Sarandi. Organizadas, essas famílias utilizaram uma tática para impedir que a repressão fizesse uso da argumentação de “invasão à propriedade” para retirá-las do local: montaram seu acampamento no corredor de acesso à fazenda, sob o comando do prefeito de Nonoai, Jair Calixto, em vez de invadirem diretamente a área. (Ekert,2009, p. 76)

A partir desta primeira ocupação, ainda no mês de Janeiro de 1962, o MASTER vai promover muitas outras ocupações, todas seguindo as mesmas normas da primeira, ou seja dentro de princípios legais, sem ferir nenhuma lei vigente no período. É interessante apontarmos como reage o governo do estado do Rio Grande do Sul, em relação aos acampamentos dos sem-terra. Imediatamente após se estabelecer um acampamento o governo deslocava um pelotão da brigada militar, que tinha como missão proteger os acampados de possíveis agressões, como é descrito por (Alves, 2010) em sua tese de mestrado intitulada *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*, apresentada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Mesmo assim ele destaca que, depois de iniciada a ocupação, Brizola passou a garantir apoio total à mesma. Isto se deu por meio do envio de víveres para a manutenção dos acampados e, especialmente, pelo envio de policiais da brigada militar para garantir a segurança dos acampados. (Alves,2010, p.35)

A participação do MASTER vai ser amplamente tratada no próximo capítulo, quando tratarei especificamente do tema principal de minha pesquisa, que é a reforma agrária do governo de Leonel de Moura Brizola no Rio Grande do Sul com ênfase na participação dos movimentos sociais, em sua realização, e também buscarei entender o porquê? Da inviabilização desta reforma agrária.

## **8. CAPITULO II: GOVERNO DE BRIZOLA O MÁSTER E A REFORMA AGRARIA.**

### **8.1 INICIO DE GOVERNO**

Neste capítulo buscarei apresentar a reforma agrária realizada pelo governo de Leonel de Moura Brizola no estado do Rio Grande do Sul. No início deste capítulo, vou buscar fazer uma análise das ações desenvolvidas pelo governo de Leonel de Moura Brizola, ações estas que mesmo desvinculadas de qualquer projeto imediato de reforma agrária, terão uma forte atuação junto aos pequenos posseiros do estado gaúcho, na legalização de terras ocupadas, e serão ainda mais importantes na formação de um aparato legal, que será essencial para possibilitar que venha a ocorrer a reforma agrária no estado gaúcho, no final da década de 1950 e início da década de 1960.

Analisarei a participação do Movimento Dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), tentando entender qual influencia o mesmo vai ter sobre o governo do estado gaúcho, na realização da reforma agrária. Da mesma forma, vou buscar quais foram as influencias, que foram exercidas pelo governo gaúcho na formação do (MASTER). Analisarei o quanto as medidas que o governo gaúcho vai implementar, para instrumentalizar o estado, com a criação de órgãos, que através de suas ações vão viabilizar que o governo de Brizola tenha disponível um aparato, que possa tornar possível a realização desta reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, dentro de princípios legais. Vou procurar analisar as principais áreas desapropriadas ou cedidas para a realização da reforma agrária no estado gaúcho, apresentando os agentes envolvidos, e tentando determinar sua participação tanto no planejamento, quanto na efetivação da reforma agrária que vai ser implementada no Rio Grande do Sul neste período.

Com base em autores com posições contrárias, apresentarei pontos de vista e análises com viés contraditórios entre si, ponderando sobre as mais diversas posições que me seja possível acessar, tentarei assim apresentar da forma mais sucinta possível, como ocorreu a reforma agrária do governo de Brizola até sua efetivação com distribuição de terras, durante seu mandato como governador do estado do Rio Grande do Sul.

Como já foi referido anteriormente, a reforma agrária não está elencada como um dos item prioritários, constante nos planos de governo, que levaram Brizola a ocupar o palácio do Piratini, como governador eleito pelo povo gaúcho no ano de 1959. Mas medidas de governo implementadas já no início de seu mandato, põem dúvidas sobre o tema, já que mesmo tendo como pano de fundo outros temas de interesse do governo, tais medidas vão se mostrar fundamentais quando da implementação da reforma agrária, no período final do governo de Leonel de Moura Brizola no Rio Grande do Sul.

Embora a reforma agrária não estivesse em pauta nesta primeira fase do governo de Brizola no estado gaúcho, o trabalho do governo na legalização de terras que eram ocupadas por pequenos agricultores, (posseiros), vai de forma notória marcar a preocupação do governo com a questão do campesinato no Rio Grande do Sul. Milhares de pequenos posseiros que

residiam a muitos anos em suas propriedades rurais, mas se encontravam sem um título que lhes conferisse a propriedade desta terra, foram agraciados com títulos de propriedade, títulos que lhes conferia o direito à propriedade em que estavam assentados, tornando-se assim oficialmente legítimos donos da terra que já lhes pertencia, porém não podia de forma legal ser considerada sua. Como podemos ver na citação a seguir onde (Alves,2010), faz o seguinte apontamento.

Outra importante frente da política agrária do governo Brizola figurava entre as prioridades do governo desde a criação da CETH, ainda em 1960, e foi confirmada com a criação do IGRA, em 1961. Tratava-se da legitimação de áreas ocupadas por famílias de posseiros, muitas das vezes em terras devolutas[...], Tanto que na pouca bibliografia que discute a política agrária do governo Brizola, são lembradas com mais frequência as mobilizações e as desapropriações realizadas pelo governo. Proporcionalmente, parte da política agrária adotada pelo governo estadual naquele período deve ser lembrada pelo intenso processo de emissão de títulos para posseiros. Os números sugerem uma intensificação dessa política [...]

Tabela 2 – Legitimação de terras para Pequenos Agricultores (1960-1961)

| Ano  | Quantidade de Títulos Expedidos |
|------|---------------------------------|
| 1959 | 1191                            |
| 1960 | 4247                            |
| 1961 | 3128                            |

Como pode ser visto a partir dos dados expostos acima, há um considerável aumento na emissão de títulos em 1960 se comparado ao ano anterior. (ALVES, 2010, P.72-73)

O fato de a reforma agrária não constar como prioridade no programa de governo de Leonel Brizola no estado gaúcho, é apontado por outros autores que escreveram sobre o tema. Sendo praticamente de censo comum para a maioria dos pesquisadores, que em seu início de governo Brizola não demonstrava ao menos em seus planos um viés voltado a reforma agrária. Marluza Marques Harres, pesquisadora com vários trabalhos publicados sobre o tema da reforma agrária no estado gaúcho no governo Brizola, em artigo publicado em 2011, na revista do programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) intitulado *Rio Grande do Sul: Governo Brizola e a questão agrária no início da década de 1960*, neste artigo (Harres,2011) nos traz sua visão sobre o tema.

Nas eleições de 3 de outubro de 1958, o governador Leonel Brizola foi eleito por uma coligação formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Social Progressista (PSP). Durante a campanha eleitoral desenvolvida entre agosto e outubro de 1958, nenhum destaque foi conferido ao problema agrário do Rio Grande do Sul. [...]. Conforme observamos, a demanda por terras somente foi reconhecida e incorporada como problema passível de tratamento político no decorrer dos dois últimos anos da administração do governo Leonel Brizola. De certa forma, o governo estadual não estava aparelhado para tratar da questão da terra e a decisão de intervir comportava uma reorientação da política agrária até então seguida pela administração. (HARRES,2011, p. 106)

A linha seguida pelos demais autores, sobre o reforma agrária do governo Brizola não vão se diferenciar em suas fundamentações, sendo que sempre se apresentam seguindo uma das

linhas descritas anteriormente. Sendo que apenas apresentam diferentes opiniões, quando do trato sobre se o governo. Já que neste início de mandato, através de ações que apontaremos no decorrer deste trabalho, preparava um aparato legal, e funcional, que lhe permitiria no futuro realizar a reforma agrária, ou se a criação deste aparato foi apenas aproveitada na realização da reforma agrária, não tendo sido criado para este fim, mas sim tendo incorporada por ser útil ao mesmo. (Silva 2015) faz o seguinte apontamento sobre o início do governo de Brizola, e sua atuação na questão agrária.

Todavia, é bom lembrar que, já em 29 de fevereiro de 1960, data da fundação da Comissão Estadual de Terras e Habitação – CETH, além dos objetivos que já foram mencionados acima: [adquirir terras para agricultores e área para construção de casas populares] o referido órgão também fazia o levantamento de propriedades superiores a dois mil e quinhentos hectares. De onde se pode depreender que a missão da CETH tinha como meta uma estratégia que extrapolava a legalização e a legitimação das pequenas propriedades, pois já visava mudanças estruturais, em outras palavras, uma reforma agrária. (SILVA ,2015, P. 169)

Partindo de uma análise com base nos autores citados acima, podemos ver que mesmo que ocorra uma concordância no fato de que a princípio o tema reforma agrária, não fazia parte dos planos de governo de Leonel Brizola, quando no comando do estado gaúcho, pode-se notar apontamentos diferentes no trato do tema. Para Harres a única iniciativa deste início de governo teria sido a adesão a carta de princípios do Congresso dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo Harres, aponta a falta de um aparelhamento por parte do governo, que possa possibilitar sua atuação na questão agrária no estado, sendo para ela necessário também um reordenamento político, para que isto seja viabilizado.

Já para Alves, como podemos ver na citação apresentada no quadro anterior, a atuação do governo de Brizola no estado gaúcho na área do campesinato, é efetivada já no princípio de seu governo, muito embora esta atuação inicial seja voltada num primeiro momento, mais na implementação de medidas que vão possibilitar mais adiante, que o governo tenha um aparelho estatal funcional, que possibilite a reforma agrária, como veremos na sequência. E mais efetivamente uma atuação imediata na legalização de propriedades de pequenos agricultores, que ocupavam terras como posseiros mas não possuíam a posse legal das mesmas, tendo o governo de Brizola, como demonstraram os dados atuado prontamente nesta legalização.

## 8.2 CRIANDO UM APARATO LEGAL

Em 1959 Leonel de Moura Brizola chega ao governo do estado do Rio Grande do Sul, o jovem governador de 36 anos de idade, já traz consigo uma grande bagagem política,

deputado estadual, secretário de obras, deputado federal, e prefeito. Como governador Brizola vai criar um aparato legal que vai lhe proporcionar, condições de realizar no estado gaúcho aquela que será a primeira reforma agrária, feita por um órgão oficial, não apenas no Rio Grande do Sul mas também no Brasil.

Antes de fazermos uma análise das ações tomadas pelo governador Brizola que lhe possibilitarão a realização do projeto de reforma agrária, quero apontar um fator que não foi criado por Brizola, mas que foi fundamental para que fosse possível a realização da reforma agrária.

É muito importante que se ressalte o uso da legislação que estava vigente no estado gaúcho e no país, no período do governo de Leonel de Moura Brizola, neste sentido, são vários os autores que apontam o uso da legislação, feito pelo governo do Rio grande do Sul na efetivação de seu projeto de reforma agrária, no entanto devemos observar com atenção o fato de que o governo de Brizola, demonstrava em todos os seus atos ter um grande conhecimento das alternativas jurídicas que lhe possibilitavam tomar tais atitudes, sempre dentro de preceitos legais. Brizola se utiliza das leis vigentes para deflagrar uma série de atos que vão marcar profundamente sua gestão à frente do governo gaúcho, em sua tese de mestrado Bernard José Pereira Alves, apresenta de forma bastante clara estas ações implementadas pelo governo de Brizola, se apoiando nas leis que vigoravam no período, como podemos ver na citação a seguir.

Desde as primeiras ações, no início daquela legislatura, o reconhecimento da situação do setor que deveria ser alvo de reestruturação era trazido por meio de um “levantamento”. [...] Mesmo que esses levantamentos não fossem necessariamente realizados da mesma forma nas diferentes áreas, constituía-se no primeiro passo. [...] Quase todos os atos do governo mostravam um grande conhecimento das alternativas jurídicas que possibilitariam essas ações. [...] O que não pode ser negado também é que aquela administração foi capaz de mobilizar muito habilmente os dispositivos constitucionais para implementar as transformações que julgava significativas. Caso bastante ilustrativo dessa capacidade pôde ser vista quando o governo “descobriu” a possibilidade na Constituição Federal para exercer seu papel na encampação das companhias multinacionais que atuavam no estado. (ALVES, 2010, p.26-27)

Da mesma forma também podemos ver este uso da legislação em vigor na questão agrária “Ainda nessa direção, pode-se apontar a mobilização dos artigos da Constituição do estado que obrigavam o mesmo a atender suas demandas quando grupos “sem-terra” demandassem por projetos de reforma agrária” (ALVES, 2010, p. 27).

Embora o reconhecimento feito por todos os autores sobre a utilização das leis vigentes, por parte do governo de Brizola na implementação da grande maioria de seus projetos, muito pouco se escreve sobre a origem destas leis. Basicamente todo aparato legal utilizado pelo governo de Leonel Brizola tem origem na assembleia constituinte nacional de 1946, e na

assembleia constituinte estadual de 1947. É neste ponto que Bernard José Pereira Alves, vai nos trazer informações que podem de forma mais clara elucidar o grande conhecimento que o governador gaúcho, Leonel de Moura Brizola demonstrava ter das leis vigentes, principalmente das leis estaduais. Um fato muito pouco citado pela maioria dos autores que pesquisam o tema é o de que Brizola foi um dos constituintes que implementaram a constituição gaúcha de 1947, como nos é apontado por (Alves,2010).

Com o fim do Estado Novo, os parlamentares elaboraram a nova Constituição Federal em 1946 e, em 1947 foi a vez dos estados redigirem suas constituições. [...] Dentre as 23 cadeiras conquistadas pelo PTB na época, uma delas era ocupada por um jovem de 25 anos, [...] Era Leonel Brizola que, naquele momento, ocupava seu primeiro cargo público. Desde o início das atividades parlamentares o jovem deputado se mostrava bastante atuante, participando ativamente dos debates de quase todas as sessões [...] A participação de Brizola na Constituinte de 1947 parece ter sido importante não somente por ter possibilitado o jovem deputado à participação na feitura do texto constitucional. Aquelas primeiras experiências parecem ter ajudado a consolidar as bases daquilo que, no futuro, tornar-se-iam as principais plataformas quanto este passou a ocupar cargos no executivo. (ALVES, 2010, p. 27-28)

Como podemos ver Brizola tinha um amplo conhecimento do aparato legal, que utilizou na efetivação de suas ações no comando do governo do estado gaúcho. É bastante obvio que o fato de ter sido um dos criadores destas leis como constituinte, tenha lhe proporcionado este conhecimento, conseguindo fazer uso destas leis em benefício de seus projetos para o estado gaúcho. Não foi diferente na questão da reforma agrária, onde o seu governo foi buscar principalmente nos artigos 146-147, legitimidade para implementar a reforma agrária, como nos é apontado por (Alves,2010).

Ainda nessa direção, pode-se apontar a mobilização dos artigos da Constituição do estado que obrigavam o mesmo a atender suas demandas quando grupos “sem-terra” demandassem por projetos de reforma agrária. Dessa forma, pode-se verificar que o governo Brizola soube encontrar espaços de ação, não nas margens da lei, mas dentro da própria, para agir. Mobilizando artificios que já estavam disponíveis, mas que, por outras razões, não eram comumente acionados. Tratando-se dos projetos de reforma agrária, que é central neste trabalho, a intensa aplicação das responsabilidades apregoadas pela Constituição do estado no que tange à questão fundiária foram determinantes para as ações do governo, ou seja, os artigos 173 e 174 da Constituição Gaúcha de 1947 foram os instrumentos que legitimaram as iniciativas do governo na área. (ALVES, 2010, p. 26)

Em sua pesquisa (Alves,2010), também vai descrever estes artigos apontando assim a importância que os mesmos vão ter para que o governo de Leonel de Moura Brizola, no estado gaúcho, consiga com base em leis vigentes implantar medidas que vão possibilitar que ocorra a efetivação do projeto de reforma agraria, restritamente dentro da lei, no estado do Rio Grande do Sul.

Art. 173 - O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, **aos pequenos agricultores e às suas organizações legais**, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem-estar.

Art. 174 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1.º - O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante **desapropriação**.

§ 2.º - Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção.

§ 3.º - **O Estado promoverá planos especiais de colonização**, visando as finalidades do parágrafo anterior, **sempre que a medida fôr pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras**, de determinada região.

§ 4.º - O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo plano de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas.

§ 5.º - Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público destinadas a formação de elementos aptos às atividades agrícolas (Constituição do Rio Grande do Sul de 1947 - grifo do autor).(ALVES, 2010, p.25)

Mesmo contando com leis que lhe permitiram implementar várias ações de governo dentro das regras legais vigentes, Brizola precisou criar um aparato governamental específico, para poder realizar o projeto de reforma agrária dentro do estado gaúcho. Como vimos anteriormente Brizola não apenas conhecia bem a legislação do estado gaúcho como também participará, efetivamente de sua criação, como constituinte. Como conhecedor do sistema legal vigente, Brizola também sabia que para poder realizar a reforma agrária, necessitava criar bases políticas e sociais, que servissem de instrumento tanto reivindicatório, por parte dos camponeses, quanto de planejamento por parte do governo do estado. Neste sentido em Fevereiro de 1960 Brizola cria a comissão estadual de terras e habitação (CETH)<sup>18</sup> através do decreto 11.201 de 29 de fevereiro de 1960, embora este decreto não tenha a princípio uma relação direta com a reforma agrária, vai ser quando de sua efetivação fundamental para que o governo possa realizá-la.

Embora em um momento onde ainda não se vislumbrava um projeto de reforma agrária, as atribuições deste órgão, vão ser fundamentais para que seja possível a implementação da reforma agrária no estado Gaúcho. Basta para isto que analisemos as atribuições, delegadas a Comissão Estadual de Terras e Habitação(CETH), que são apontadas por (Alves,2010).

De acordo com o decreto de criação desta<sup>12</sup>, a CETH teria como função promover “a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas a construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos”. O órgão era ligado Secretaria de Obras Públicas e também a Secretaria de Agricultura e a de Trabalho e Habitação[...]No que diz respeito à questão fundiária era de competência da CETH:

---

<sup>18</sup> Decreto de número 11.201, de 29 de Fevereiro de 1960, cria a Comissão Estadual de Terras e Habitação. (CETH)

- 1º. Elaboração de planos gerais de colonização;
- 2º. Determinação, pesquisa e aquisição de áreas destinadas à colonização;
- 3º. Desapropriação e recebimento de glebas;
- 4º. Entrega à Secretaria de Agricultura de áreas a colonizar (Decreto de criação da CETH).

Desta feita, competiria à Secretaria de Agricultura:

- 1º. Recebimento das áreas destinadas à colonização;
- 2º. Levantamento topográfico das terras e elaboração de planos detalhados da colonização.
- 3º. Venda e documentação das colônias, assegurando a continuidade de domínio (Decreto de criação da CETH). (ALVES, 2010, P. 16-17)

Como vemos as atribuições da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH), na questão agrária era bastante ampla. Flavio Correia Nardy em sua dissertação de mestrado, intitulada *A Farsul e a Luta por Reforma Agrária: Violência de classe e a marginalização dos movimentos sociais no campo no Rio Grande do Sul* (1962). Em sua dissertação (Nardy,2014) faz o seguinte apontamento do trabalho desta comissão.

[...](CETH). Nessa comissão foi elaborado um levantamento de todas as propriedades que ultrapassavam mais de dois mil e quinhentos hectares de terra, foi construído um complexo “mapa do latifúndio” no Rio Grande do Sul. A partir daí, elaboram um aparato burocrático específico para a realização de projetos de colonização e de Reforma Agrária. (NARDY,2014, p. 69)

Neste mesmo sentido Alves(2010), também vai nos trazer mais informações sobre a importância que a criação, e o trabalho executado pela (CETH), vão ter na sequência do governo de Brizola, quando da efetivação do projeto de reforma agrária, sendo que os relatórios elaborados, com os levantamentos de propriedades com mais de dois mil e quinhentos hectares, possibilitarão ao governo ter em suas mãos um retrato detalhado do latifúndio no estado do Rio Grande do Sul.

[...] levantamento da questão fundiária também foi elaborado. [...] com áreas superiores a 2.500 hectares”, o documento representa o resultado do trabalho realizado em 71 municípios do estado – representando quase 50% de todos os existentes na época no Rio Grande do Sul[...].O documento trazia o nome da cidade, abaixo dela a lista com o nome de todos os proprietários, fossem pessoas físicas ou jurídicas, com o tamanho total da propriedade ao lado de cada nome. Para finalizar, foi realizado um cruzamento dos nomes de proprietários das diferentes cidades a fim de buscar aqueles que tinham mais de uma propriedade que ultrapassasse aquele mesmo limite de 2.500 hectares. Esse último trabalho se converteu em uma lista de 47 nomes que traziam números que dimensionavam a presença do latifúndio no estado. [...] Segundo ele, o trabalho somente pôde ser feito porque o governador delegava plenos poderes a seus subordinados. Os responsáveis pela coleta dos dados chegavam aos cartórios (ou exatarias como também são conhecidos no Rio Grande do Sul) munidos de uma carta do governador que os autorizava a ter pleno acesso aos livros de registro das propriedades locais. (ALVES, 2010, p.20)

Embora ocorram discordâncias a respeito de que esta comissão tivesse entre seus objetivos, o de dar subsídios ao governo para a realização no futuro de um projeto de reforma agrária, o mesmo não ocorre quanto a sua importância na realização desta reforma agrária. Pois

é de censo comum entre os pesquisadores, que o trabalho de levantamento das propriedades com mais de dois mil e quinhentos hectares, executado pela Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH), vai ser fundamental para o governo gaúcho poder efetivar seu projeto de reforma agrária.

Se este primeiro passo em direção a reforma agrária, mesmo sendo reconhecido como fundamental para que esta tenha ocorrido, traz dúvidas sobre se sua criação já tinha como objetivo a realização de um projeto de reforma agrária. Os passos seguintes que serão dados pelo governo de Brizola, no aparelhamento do estado, não deixarão a menor dúvida sobre, o porquê efetivamente o governo gaúcho os está dando.

Em 07 de Agosto de 1961 através da portaria 131 o governo do estado do Rio Grande do Sul, cria o grupo GT-14 que tinha como objetivo atuar efetivamente na formulação de propostas que atendessem as demandas do setor agrário gaúcho. Com um tempo de atuação delimitado, coube ao grupo principalmente com base nos levantamentos feitos pelo (CETH) formular uma proposta de reforma agrária para ser implantada no estado gaúcho, Alves (2010) nos traz mais detalhes sobre esta atuação do GT-14.

Como resultado dessa proposta teria sido criada em 07 de agosto de 1961 o GT-14 que, segundo seu documento de criação, tinha como objetivo: [Proceder] estudos e sugerir medidas, objetivando uma ação concreta do poder público estadual no setor agrário, inclusive a realização de planos de colonização. Iguamente deverá o Grupo de Trabalho sugerir medidas de igual natureza que devam ser pleiteadas junto ao Governo Federal (Portaria de número 131 de 07 de agosto de 1961).

A portaria que cria o grupo traz ainda informações sobre a vinculação institucional do GT junto ao Conselho de Desenvolvimento do Estado[...]. Por último, a portaria que criou o GT-14 informa ainda sobre o prazo de atividade do órgão, que deveria entregar em 60 dias o relatório final de suas atividades. (ALVES, 2010, p. 21)

Sobre a criação e atuação do GT-14 podemos ainda apontar o que nos trazem outros autores como (Nardy,2014), que faz os seguintes apontamentos.

O Grupo de Trabalho, GT-14, ligado ao Conselho de Desenvolvimento do Estado encarregou-se de realizar estudos e sugerir medidas no âmbito das ações do poder público do Estado em relação à política agrária. Pelo que aponta Harres, “tinham amplos poderes para requisitar o auxílio necessário, um indicativo da importância que estava sendo conferida para a questão e também a sua urgência”<sup>83</sup>. Ao final dos trabalhos, elaboraram um documento no qual explicitaram algumas considerações sobre o problema agrário, apresentando-o como uma questão de “justiça social e de desenvolvimento econômico”. Para eles, “a reforma agrária deveria assumir a forma de difusão da pequena propriedade e, embora reconheçam a problemática inerente ao minifúndio, não fazem alusão a qualquer solução coletivista”. Na visão dos técnicos do grupo de trabalho, a Reforma Agrária deveria “democratizar a propriedade”. (NARDY,2014, p. 69)

Encerado o prazo de atuação do GT-14, e com os dados produzidos pelo mesmo, embora segundo nos aponte Alves(2010) “Não foi possível localizar o relatório mencionado, nem mesmo alguma garantia que tenha sido produzido” (ALVES, 2010, P.21). (Harres,2011) no

entanto faz um apontamento bem diferente sobre o trabalho do GT-14, e os resultado que este trabalho produziu.

Das discussões do Grupo de Trabalho GT-14, resultou um pequeno documento, elaborado em forma de tópicos, no qual estão explicitadas algumas considerações sobre o problema agrário, as quais passamos a examinar. A questão agrária é definida como uma “questão de justiça social e desenvolvimento econômico”, afirmando-se a urgência da sua resolução, (HARRES, 2011, p. 111)

Como podemos ver, embora ocaram divergências entre autores a respeito dos resultados, dos trabalhos do GT-14, é de censo comum que encerado o prazo de atuação do mesmo, a atuação do governo passa a ser mais ativa, demonstrando que a partir deste momento o governo de Brizola, já conta com as informações que lhe possibilitam, não apenas implantar um projeto de reforma agrária, mas também justificar a necessidade de sua implementação, e imediatamente passa a atuar efetivamente na realização da mesma.

Em 14 de Novembro de 1961 através do decreto de número 12.812 o governo gaúcho cria o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), sendo assim definitivamente consolidada a implementação do processo de reforma agrária, no Rio Grande do Sul. É importante apontarmos que este não é apenas mais um dos instrumentos criados, para possibilitar a atuação do governo gaúcho, na efetivação da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, mas sim é o vetor que define efetivamente o início do processo da reforma agrária no estado gaúcho. A importância da criação deste órgão, é desta forma descrita por (Alves,2010) em sua tese de mestrado onde faz o seguinte apontamento sobre a criação do IGRA.

A criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, no dia 14 de novembro de 1961, retratou a consolidação de passos e medidas pontuais que vinham sendo promovidas pelo governo do estado, de forma lenta e dispersa pelos diferentes órgãos da administração estadual, na direção de uma política de reforma agrária. No momento anterior, como pode ser percebido durante a atuação da CETH, falava-se em problemas fundiários, mas o termo “reforma agrária” não havia sido empregado em nenhum momento nos decretos de criação e tampouco nos relatórios ou projetos desenvolvidos pelo governo. A partir da criação do IGRA, não se inaugura somente um novo órgão, mas também uma nova posição do governo, voltada para a promoção de uma política de reforma agrária. Além disso, os alvos dessa política que antes eram tratados como colonos ou trabalhadores rurais passaram a serem nomeados, dentro dos instrumentos do governo, como sem-terra ou, no máximo, como colono sem-terra. (ALVES, 2010, p.21)

Para melhor compreendermos o quanto foi fundamental a criação do IGRA para a implementação da reforma agrária no estado gaúcho, podemos observar a citação a seguir feita por (Alves2010) apontando as atribuições que foram a dadas ao mesmo.

2. Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições socioeconômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra;
3. Promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem -erra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo;

4. Promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores, Decreto de número 12.812 de 14 de novembro de 1961. evitando-se, no entanto, a formação do minifúndio;
5. Promover a organização de núcleos coloniais e comunidades agrícolas dentro das modernas técnicas de colonização e produção;
6. Fomentar a organização de cooperativas e incentivar o espírito associativo de cooperativista entre as populações rurais, articulando-se para este fim com os órgãos competentes e específicos da Administração do Estado (Decreto de criação do IGRA). Decreto de número 12.812 de 14 de novembro de 1961. (ALVES,2010, p. 21-22)

Com a formação de um aparato legal já efetivada, o governo de Brizola agora só necessita que ocorram as reivindicações por parte de grupos de agricultores que estejam organizados e cobrem do governo a aplicação das leis vigentes no tocante ao direito dos mesmos ao acesso à terra, para que todo este aparato entre em funcionamento, e se possa efetivar o processo de reforma agrária no estado gaúcho.

### 8.3 O MASTER E A MOBILIZAÇÃO POR TERRA

Como vimos anteriormente são vários os agentes que atuam no Rio Grande do Sul, na organização do campesinato, porem com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), estes movimentos acabam sendo suplantados ou incorporados pelo MASTER. Que de alguma forma vai se tornar o agente campesino impulsionador de todo um processo, que vai levar a cabo a reforma agrária dentro do estado gaúcho.

Mesmo sendo de censo comum a importância do MASTER, na formulação deste processo de reforma agrária, o mesmo não ocorre em relação a ser o MASTER o protagonista principal deste processo. As divergências sobre o tema vão desde o surgimento do MASTER, com divergências sobre, como o mesmo vai surgir, e quem são os responsáveis por este surgimento e vão até o quanto o MASTER foi fundamental para a efetivação da reforma agrária no estado gaúcho, e principalmente sobre sua independência e influencia com relação ao governo do estado do Rio Grande do Sul na questão da reforma agrária.

Sobre a origem do MASTER não ocorrem divergências, sendo que todos os autores concordam tanto com a data em que é formado o MASTER, quanto sobre o motivo que levou a sua formação também não ocorrem divergências. Sendo que é unanime entre os pesquisadores do tema que, os motivos que levam ao surgimento do MASTER, são a tentativa de reintegração de posse de uma área de terra.

Tendo o MASTER sido fundado em 07 de Julho de 1960 quando um homem chamado Euclides Lança, se dizendo proprietário de uma faixa de terra de mais de 1800 hectares,

localizada no município de Faxinal, se apresentou como proprietário, querendo expulsar dessa mesma área de terra, mais de 300 famílias que lá estavam há mais de 50 anos. Para enfrentar a situação, o prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues, se juntou aos posseiros, organizando uma resistência, não atendendo a demanda do pretense dono da terra que pedia a reintegração.

No mesmo ano no mês de Outubro, o governo do estado, desapropria a área em conflito, e emite os títulos de posse aos agricultores que ocupavam estas terras. Estas informações são de consenso, para todos os autores que escrevem sobre o tema, independente do ponto de vista que cada autor tenha sobre as influências que levam a formação do MASTER, todos indicam a mesma data e motivação para seu surgimento como nos é apontado por (Rosa,2009).

O Master foi fundado em meados de 1960 pelo prefeito da cidade de Encruzilhada do Sul – localizada na região central do Rio Grande do Sul – no momento em que um fazendeiro de um grupo político opositor tentava expulsar da terra agricultores, alegando ser ele o verdadeiro dono da terra. Milton Serres Rodrigues era membro do PTB, o mesmo partido de Brizola, e contou com o apoio do governador para organizar núcleos do Master ali e em outros municípios. Não temos notícia de nenhum tipo de ação coletiva que tenha sido realizada para garantir a posse daquelas terras, sabemos apenas que houve a formação do movimento. Passado o evento de Encruzilhada do Sul, que resultou na desapropriação da terra pelo governo do Estado, não há notícia de nenhuma outra mobilização ou ação pública desse movimento até 1962(ROSA, 2009, p. 200)

Como podemos ver na citação acima para Marcelo Carvalho Rosa o surgimento do MASTER estaria ligado ao PTB e ao governador Brizola, Já (Alves,2010), se utiliza de Eckert para fazer outro apontamento, sobre o mesmo tema.

Dessa forma, para Eckert (1984:68) esse conflito marca a criação do MASTER sob a liderança de “*Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul, Paulo Schilling, na ocasião superintendente da fronteira do sudoeste e Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB*”. O movimento teria sido surgido por iniciativa exclusiva dos atores locais, atribuindo ao prefeito de Encruzilhada o papel de mediador que acabou trazendo a solução para os problemas dos posseiros do distrito de Faxinal. (ALVES,2010, p. 50)

(Schilling,1979) que participou pessoalmente do processo de criação do MASTER, e também de todo processo da reforma agrária implementado no Rio Grande do Sul, nos faz o seguinte apontamento sobre o tema.

Uma terceira tentativa de organizar os camponeses, essa muito mais limitada (de caráter regional, pois circunscreveu-se ao RGS), foi a do *Movimento dos Agricultores sem Terra*. Dentro de um plano elaborado com o deputado Ruy Ramos e Milton Serres, lançamos, inicialmente em Encruzilhada do Sul e depois em quase todo estado, o “MASTER”. O objetivo era conscientizar e organizar os 300 mil camponeses sem terra existentes no Estado e mini fundiários que também eram legião. O movimento contou com total apoio do governo do Estado: Brizola baixou um decreto declarando-o inclusive de “utilidade pública”, para todos os fins e direitos (SCHILLING 1979:138).

As posições a respeito das influencias que ocorrem na fundação e posterior atuação do MASTER, também vão ser apontadas por (Rosa,2009), que nos traz na citação, um apanhado da formação do MASTER, e aponta os agentes envolvidos e as possíveis influencias, ou interferências, existentes neste momento inicial do movimento dos agricultores sem-terra (MASTER), como podemos ver a seguir.

A questão que se coloca é qual teria sido a influência do governo do estado para a criação do movimento. Um documento intitulado “Ata de criação e aprovação dos estatutos do 'Movimento dos Agricultores Sem Terra de Encruzilhada do Sul' e eleição de sua diretoria”, de 07 de junho de 1960 é o registro daquela que parece ser a reunião que nomeou os primeiros dirigentes do movimento que, como exposto naquele documento, se pretendia expandir pelo restante do estado[...] Estes que parecem ter se concretizado parcialmente, uma vez que a partir de uma iniciativa local este teria se tornado estadual entre 1960 e 1961, tornando-se Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul;[...]. Isto pode ser comprovado por meio do registro do nome do prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues como o eleito para 1º presidente do movimento, [...] Entretanto, Paulo Schilling e Ruy Ramos são citados ao final do documento como os eleitos para representantes do movimento junto aos governos estadual e federal respectivamente. Especialmente Paulo Schilling parece ter tido papel importante na organização do o ato de fundação do movimento, estando inclusive entre os presentes no momento da criação dele, com o nome devidamente registrado entre os presentes na ata. (ROSA, 2009, p. 201)

É interessante apontarmos a presença de dois membros ligados ao governador Brizola no ato de fundação do MASTER, como vimos na citação anterior, entre os presentes citados em ata se encontram Ruy Ramos, então deputado pelo PTB de Brizola, indicado como representante do movimento junto ao governo federal, Paulo Schilling, assessor do governador Brizola, que é indicado como representante do movimento junto ao governo estadual. Seguindo esta linha de influencias, podemos ver citado a seguir como foi fundamental a participação de membros do governo no ato de fundação do MASTER., como cita (Alves,2010)

Além disso, segundo os registros desta, teria sido de responsabilidade de Schilling a leitura de cada um dos itens do recém criado estatuto do movimento e a explicação de cada um deles para os presentes. A leitura atenta da ata de criação do Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra de Encruzilhada do Sul permite verificar que Schilling, apesar de não ocupar nenhum cargo eletivo no movimento, desempenhava um importante papel na organização dos trâmites do movimento que viria a se consolidar como o MASTER. (ALVES, 2010, p.51)

Na busca por informações sobre os agentes e as influencias que cada um vai exercer sobre o outro neste processo de reforma agrária no estado gaúcho, sob o governo de Leonel Brizola, (Alves,2010), vai buscar através de entrevistas, com pessoas que participaram deste processo, de reforma agrária, dados que posam esclarecer melhor os fatos ocorridos no Rio Grande do Sul neste período, como podemos ver a seguir.

Um dos entrevistados apresentados na seção anterior, Romeu Barleze, também traz informações importantes sobre o movimento, isto porque, segundo ele, antes mesmo de trabalhar no IGRA, participou da diretoria do MASTER. Ele tem problemas ao precisar as datas em que participou mais ativamente do movimento, mas garante que primeiro esteve envolvido com as questões do MASTER e depois, a convite de

Brizola, passou a trabalhar para o IGRA,[...] e sobre a relação com o governo ele afirma: O MASTER era uma associação, era um órgão independente do governo, ele tinha um acesso ao governo e uma ajuda do governo para se desenvolver, mas era uma coisa civil, o governo, digamos assim, apoiava para que ele crescesse e pudesse realizar digamos assim, congressos, mas não interferia.(ALVES,2010, p. 52)

O próprio (Alves,2010) no entanto, vai na sequência do relato apontar as contradições do seu entrevistado, este é um exemplo da complexidade que se tem para definir, a participação de cada agente envolvido no processo de reforma agrária no Rio Grande do Sul.

A passagem acima sugere um distanciamento entre movimento e governo, entretanto mais adiante, ao explicar sua participação em cada um deles, ele completa: Primeiro eu estava no MASTER, depois eu fui para o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, para não haver interferência de uma coisa e de outra. Aí eu deixei o MASTER para ser do Instituto, embora [houvesse] uma ligação umbilical, né? Só uma questão de forma, para não dizer que era o governo. (ALVES,2010, P. 52)

Notoriamente se pode ver nas citações anteriores, a dificuldade de se definir exatamente o quanto se encontravam, interligados o MASTER, e o governo do estado gaúcho, e quais foram as influências que ambos os lados, teriam exercido um sobre o outro. Na sequência do texto de (Alves,2010), vemos apontado por ele o quanto fica difícil definir esta relação.

Como pode ser verificado na passagem acima, a relação entre o MASTER e o governo era complexa, de tal modo que as informações sugerem que não havia um controle do movimento por parte do governo, mas sim uma relação estreita entre os dois, inclusive com pessoas ocupando posições dentro dos dois espaços. Como nos casos de Barleze, que teria abandonado seu cargo na diretoria do movimento para atuar no governo, e de Paulo Schilling, que apesar de não chegar a ocupar um cargo executivo dentro do movimento não deixou o cargo de assessor do governador Brizola e nem mesmo parece ter se afastado do movimento. Isto é, as informações sugerem que se evitava que pessoas ocupassem cargos no movimento e no governo ao mesmo tempo, o que ajudaria a compreender a razão pela qual não se encontra referência a nenhum cargo executivo de Schilling dentro do movimento, ao mesmo tempo em que Barleze afirma ter abandonado o seu cargo para “não haver interferência”. Este último (ALVES, 2010, P.52)

A complexidade apontada não vai se restringir apenas as influencias, que o MASTER teria sofrido por parte do governo do estado. As polemicas sobre o movimento, vão se aprofundar quando da discussão sobre, a participação do MASTER nas ocupações que desencadeiam o processo de reforma agrária no estado gaúcho como podemos ver na citação de (Alves,2010).

É importante destacar as duas perspectivas, tanto a que percebe o MASTER como um produto dos desmandos do governador, quanto aquela que lhe confere certo grau de autonomia, atribuindo ao movimento seu reconhecimento por creditarem a ele a organização das ocupações de terra que apresentamos na seção anterior. Dessa forma, diante do que foi apresentado aqui referente às ocupações, é necessário que se refaça o caminho da consolidação do movimento para que se possam compreender as razões pela qual o MASTER foi consagrado como realizador de mobilizações que, a princípio, não contaram com sua participação direta (ALVES, 2010, P. 50)

Mais uma vez nos deparamos com trabalhos que divergem sobre a participação do MASTER, e do governo do Rio Grande do Sul, no processo de organização dos movimentos camponeses que vão desencadear as ocupações que por sua vez vão desencadear o processo de

reforma agrária. Para (Schilling,1979), é do máster a iniciativa no processo de ocupação de terras, como apontado a seguir.

Tratando de tirar a campanha da reforma agrária do terreno exclusivamente teórico, o “MASTER” elaborou um plano de ação que consistia na formação de “acampamentos” de agricultores sem-terra. Os mesmos eram instalados na estrada, ao lado de grandes latifúndios, (previamente escolhidos entre os de menor índice de aproveitamento, em regiões onde o problema dos “sem-terra” era mais agudo). Sem violar a lei (não se ocupava o latifúndio) e utilizando como base legal um dispositivo da Constituição gaúcha permitia a expropriação de propriedades não devidamente exploradas e sua posterior distribuição a agricultura sem-terra, os camponeses estabeleciam o acampamento. Assim que se consumava sua instalação, Brizola mandava um destacamento da Brigada Militar acampar na vizinhança se intervir no episódio, porém como garantia contra possível reação violenta dos latifundiários da região (SCHILLING 1979:138).

Apontando para a mesma direção (Nardy,2014), traz o MASTER como responsável não apenas pela organização, do movimento dos sem-terra, mas também pelas estratégias utilizadas pelo movimento, nas ocupações, como podemos ver na citação a seguir.

O acúmulo de forças vivenciado pelo MASTER desde a sua criação até os primeiros acampamentos em 1962, demonstrou a preocupação do movimento em não fazer ataques diretos ao latifúndio, mas sim direcionar suas forças iniciais para a formação e a organização dos trabalhadores rurais sem-terra. Assim, houve um recuo tático, ao invés de resistência direta ao seu principal inimigo, procuraram ganhar corpo e se constituir enquanto movimento social. (NARDY,2014, p.89)

(Rosa,2009), vai nos trazer as posições de Ekert e Tedesco e Carini, que defendem a participação do MASTER, como sendo o responsável pelo movimento de ocupação da fazenda Sarandi, que desencadeia o processo de reforma agrária no Rio Grande do Sul, e também vai se contrapor a estas posições. Apontando os próprios documentos utilizados por estes como, para refutar tal participação.

No dia 11 de janeiro de 1962 algumas centenas de pessoas montaram um acampamento com barracos de madeira e barracos de lona de caminhão às margens da rodovia que liga os municípios de Passo Fundo e Ronda Alta. Ali ficava a Fazenda Sarandi, propriedade de um grupo uruguaio que utilizava apenas uma pequena parte dela para exploração de madeira. Eckert (1984) e Tedesco e Carini (2007) são unânimes em atribuir a ação ao Master. Porém, ao voltarmos aos documentos e fontes por nós levantados e após consultar o material citado por esses autores, não encontramos nenhuma menção à participação do Master, seja na organização, seja na execução da montagem dos acampamentos. (ROSA, 2009, P. 202)

Muitos outros apontamentos também caminham na mesma direção, defendendo que em seu início o movimento que originou, os primeiros acampamentos de camponeses que reivindicavam terra não teriam o MASTER como parceiro, e que este só teria aderido ao movimento num momento posterior as primeiras ocupações como nos é apontado por (Rosa,2009).

O grupo que chegou à Fazenda Sarandi era formado em sua quase totalidade por pessoas que vinham do município de Nonoai, distante 100 km dali. Segundo entrevistados que participaram da mobilização das pessoas e da montagem e

organização do acampamento, tudo havia sido preparado pelo prefeito da cidade, Jair de Moura Calixto, filiado ao PTB. Além de correligionário de Brizola, Calixto era também seu primo. A proximidade entre Calixto e Brizola lembrava também as relações que envolviam o fundador do Master, Milton Serres Rodrigues, e o governador. [...]Quatro meses antes da invasão, Calixto havia sido uma das figuras importantes da Campanha da Legalidade que, liderada por Brizola, [...] Naquele evento, Calixto montara uma guarda armada de mais de mil homens na cidade de Nonoai para proteger o Rio Grande do Sul de uma possível invasão vinda de Santa Catarina. [...] vários dos homens, que compunham a guarda da legalidade, foram depois usados na mobilização de moradores da região para participar da invasão da Fazenda Sarandi. Nos dias prévios à invasão via-se, segundo relatos, uma faixa estendida na praça principal da cidade: “Os com terra com Cristo, os sem-terra com Jair Calixto”. (ROSA, 2009, P. 204)

Como podemos ver Rosa nos traz um panorama onde o MASTER, não está presente, sendo sequer citado, como participante da organização, do movimento que produzira a primeira ocupação de terra no governo de Brizola. Na sequência (Rosa,2009), é mais contundente apontando quem foram os organizadores desta ocupação, como pode ser visto a seguir.

Em Nonoai, Calixto, com ajuda de militantes dos dissidentes do PCB e não com lideranças do Master, avisou as pessoas que haveria uma terra que poderia ser ocupada por eles na cidade de Sarandi. Um de seus milicianos da legalidade foi encarregado de encontrar o lugar propício para a montagem do acampamento. Os fatos que se seguem são mais conhecidos e relatam o jipe de Calixto liderando uma caravana de caminhões com as carrocerias abarrotadas de homens pelas estradas de chão da região, um pernoite na localidade Ronda Alta, e a chegada na manhã do dia seguinte ao local da invasão. Em nenhum dos documentos relativos ao evento ou nas entrevistas que fizemos houve menção ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra ou aos seus diretores. As figuras centrais são Calixto e Brizola, que visitou pessoalmente a área dias depois. Uma das possíveis versões sobre o fato pode nos remeter justamente ao caráter intempestivo de Calixto que, mesmo contra a vontade do governo, teria levado a cabo a mobilização das pessoas. Depois de montado o acampamento não haveria alternativa para Brizola que não fosse apoiar a ação que, para muitos, fora feita em seu nome. Se até aquele momento o Master não aparecia como protagonista, nas semanas seguintes o movimento e seus líderes começariam a ter um papel mais relevante. Em algumas das fotos da visita do governador ao acampamento da Sarandi aparece a figura de Milton Serres Rodrigues e, posteriormente, os jornais da região divulgariam que o movimento estaria cadastrando as famílias sem-terra no acampamento. Na Sarandi, portanto, não há nada oficial que nos aponte o Master como capitaneando os sem-terra. (ROSA,2009, P.205)

Também apontando nesta direção, (Alves, 2010), com base em relatos colhidos em entrevista e matérias de jornais da época, contesta a participação do MASTER, na organização dos primeiros acampamentos, que vão ser os responsáveis pela deflagração da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Conforme foi dito acima, quase todas as mobilizações ocorridas no Rio Grande do Sul a partir de janeiro de 1962 são constantemente atribuídas ao MASTER. A bibliografia referente ao tema é quase unânime em afirmar que o grande responsável pela efervescência daqueles diversos eventos narrados na seção anterior era o movimento. Diante disso, uma questão que necessariamente se coloca é a razão para este sequer ser mencionado por Cleto, Carlos Araújo ou Seu Chico, pessoas que acompanharam de perto o processo de ocupação da Sarandi, reconhecidamente importante por seu caráter inaugural. Ainda nesta direção, mesmo que se tomem outras fontes, como a fala dos líderes das mobilizações de Sarandi e Camaquã, registrada em jornais locais, não é possível identificar em suas entrevistas nenhuma menção ao MASTER. O que

mais desperta surpresa em tudo isso é que esta questão nunca foi posta de forma central, isto é, a discussão sobre o MASTER foi deslocada para uma outra frente que pretendia afirmar ou não a vinculação da atuação desse movimento ao governo do estado, deixando de lado se, de fato, poderia atribuir ao movimento o ordenamento daquelas mobilizações. Dessa maneira, a maioria dos trabalhos se coloca nesta disputa em que o que estava em jogo era a tutela ou não do movimento por parte do governo do estado. Exemplo disso pode ser percebido na passagem do trabalho de Martins que aponta: ALVES, 2010, p.49)

Como podemos ver, as posições dos pesquisadores sobre as influências, e mesmo a participação do MASTER, na organização dos agricultores, e na implementação da reforma agrária no estado gaúcho, e ainda sobre as influências sofridas pelo MASTER por parte do governo de Brizola, são as mais variadas. Indo desde os que atribuem uma total independência do MASTER, em relação ao governo de Brizola, aos que defendem uma total vinculação do MASTER ao governo estadual, também encontramos os que defendem, uma cooperação entre ambos mas com uma relativa independência de ações por parte de ambos. (Alves, 2010) nos traz o seguinte apontamento sobre esta relação.

Schilling corrobora com a versão de que ele, juntamente com Milton Serres Rodrigues e Ruy Ramos “lançaram” o movimento. A passagem também reforça a aproximação com o governo Brizola que teria dado apoio ao movimento recém criado. Isto é, possivelmente, o movimento em Encruzilhada do Sul nasce com uma aproximação discreta com o governo do estado, mas com o passar do tempo essas relações se ampliam, diante de posição do governador em apoiar as ações do movimento. (Alves, 2010, p.53)

O fato é que para poder utilizar a legislação em vigor, e também fazer uso de todo um aparato que havia montado, o governo gaúcho de Leonel de Moura Brizola, necessitava que houvessem reivindicações feitas por grupos organizados, que cobrassem do governo a implementação das leis criadas na constituinte de 1946 no que tangia ao direito ao acesso à terra. E é neste sentido que o MASTER se torna fundamental, pois desde sua criação em 1960, já se apresentava como representante do campesinato gaúcho, e também já em seu início demonstrava seu alinhamento com o governo de Leonel de Moura Brizola, (Rosa, 2009) nos traz uma entrevista com Romeu Barleze, que foi um dos fundadores do MASTER e posteriormente trabalhou no IGRA, e faz a seguinte afirmação.

O MASTER era uma associação, era um órgão independente do governo, ele tinha um acesso ao governo e uma ajuda do governo para se desenvolver, mas era uma coisa civil, o governo, digamos assim, apoiava para que ele crescesse e pudesse realizar digamos assim, congressos, mas não interferia. (Rosa, 2009, p.52)

De forma contraditória, podemos ver na pesquisa feita por (Martins, 2010), que vai fazer um apontamento onde, indica o surgimento do MASTER como sendo de iniciativa de Brizola, que para ele teria sido o mentor de todo o processo de organização dos camponeses, que fundam

o MAASTER, no mesmo momento e ao mesmo tempo aponta sua atuação na organização camponesa a nível nacional.

O trabalhismo havia tentado criar o seu próprio movimento camponês no Rio Grande do Sul, pelas mãos do então governador, cunhado de Goulart, Leonel Brizola. Ele fundara um movimento que chegou a ter participação no Congresso de Belo Horizonte, denominado MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra. Tudo indica, porém que o governo estava preocupado com a contenção das tensões sociais no campo (Martins,1983, p91).

É muito importante que observemos que a alternância de opiniões sobre o tema Seguindo a mesma linha de pesquisa que indica a influência do governo de Brizola, na atuação do MASTER, (Rosa,2009) nos traz o seguinte apontamento.

Nos meses que se seguiram à Campanha da Legalidade, o governo do Estado teria financiado a participação de um grupo de dirigentes do Master, que naquele momento já contava com membros do Partido Comunista Brasileiro em sua direção no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais. Naquele evento, ocorrido em Belo Horizonte, os membros do Master, e os das ligas camponesas, em conjunto, propuseram e aprovaram a tese “reforma agrária na lei ou na marra” [...] No Rio Grande do Sul, há relatos de uma série de encontros entre os líderes do Master, todos eles ligados a partidos políticos, e o governador, no mês de dezembro de 1961. Nesses encontros teria sido discutida, segundo Eckert (1984), a possibilidade de se montar acampamentos de sem-terra em algumas das principais cidades do Estado. No mesmo período, há relatos de que Brizola chamara Calixto em seu gabinete para tratar também dessas questões. Pouco se sabe do que foi tratado nesse encontro. (ROSA, 2009, p.205)

Embora não tenhamos nenhuma grande obra, que trate do tema, sobre a reforma agrária no Rio Grande do Sul, durante o governo de Brizola. Encontramos vasto material, principalmente teses que pesquisam o tema, e nos possibilitam analisar dezenas de pontos de vista. Sendo que embora ocorram muitas divergências sobre a criação e a organização do Movimento dos Agricultores Sem-Terra, sua atuação, e também sobre sua independência em relação ao governo, do estado, ou sua vinculação ao mesmo.

O importante é que toda esta discussão, sobre a reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, só ocorre pelo fato da mesma ter sido implementada, e gerado efetivamente resultados positivos, ou seja a distribuição de terras para aqueles que se organizaram e a reivindicaram.

#### 8.4 ENFIM A REFORMA AGRÁRIA

Como vimos anteriormente em 1959, chega ao governo do estado do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. Embora o tema reforma agrária não fizesse parte de seus planos de governo, desde o início de sua administração a frente do estado gaúcho, Brizola implementou

uma série de medidas que possibilitavam a realização de um programa de reforma agrária no estado gaúcho. No entanto para que isto se torna-se realidade, o governo necessitava que houvessem grupos organizados, reivindicando o acesso à terra, para que o governo com base nas leis vigentes no país, e no estado, cumprindo o determinado por lei fizesse uso do aparato governamental montado, e dentro de preceitos legais procedesse a desapropriação, e distribuição de terras aos camponeses que a reivindicavam.

Nesta que é a parte final de minha pesquisa, apresentarei a efetivação do processo de reforma agrária no estado gaúcho, embora apresente tabelas com todas as áreas que serão selecionadas para a reforma agrária, analisarei em minha pesquisa, mais especificamente os casos da fazenda Sarandi, do Banhado do Colégio, e da fazenda Pangaré que foi cedida pelo governador Leonel de Moura Brizola para reforma agrária.

## 8.5 CASO SARANDI

No dia 11 de Janeiro de 1962, Jair de Moura Calisto, prefeito de Nonoai, lidera uma caravana com milhares de sem-terra, desde seu município até o vizinho município de Sarandi, onde montam acampamento as margens, de uma estrada que cortava a fazenda de mesmo nome (Sarandi), num local conhecido como Capão da Cascavel, nome pelo qual também ficou conhecido o acampamento.



**Figura 01:** Acampamento do Capão da Cascavel - Fazenda Sarandi - Acervo Paulo Schmidt - Janeiro de 1964 (ALVES,2010, P.36)

Este ato reivindicatório, feito todo ele dentro da lei, uma vez que os acampados em momento algum invadem a propriedade, pois se mantêm acampados as margens da estrada, exigem do governo do estado uma reação. (Alves,2010) faz o seguinte apontamento sobre este episódio.

A ocupação desta fazenda teria sido liderada por Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai, cidade vizinha de Sarandi. No dia 11 de janeiro de 1962, Calixto teria liderado os sem-terra desde Nonoai até a uma das estradas que cortavam a fazenda. Este local era chamado Capão da Cascavel, em função disso, o acampamento ficou conhecido como o acampamento da Cascavel. [...] Vale recordar que, desde 1960, com a criação da CETH, o governo do estado esboçava mudanças na estrutura fundiária do estado. Como foi visto no capítulo anterior, dos trabalhos da CETH foi criado o GT-14 e, a partir do último, o IGRA. Entretanto, até o momento de criação do último, no penúltimo mês de 1961, nenhum movimento similar a aquele que ocorreu na Fazenda Sarandi, meses depois, havia sido noticiado. Coincidentemente, uma das ações que permitiria todo o aparato burocrático criado ao longo dos três primeiros anos de governo passasse a funcionar era a demanda de um grupo de colonos sem-terra organizados, situação que se encaixava perfeitamente com a disposta no texto constitucional do estado e com aquela colocada por meio do grupo liderado por Calixto, na Fazenda Sarandi. Dessa forma, no dia 13 de janeiro de 1962, somente dois dias depois do início do movimento reivindicatório, o governador Brizola assina a desapropriação da fazenda. A rapidez que o governo atendeu a demanda dos interessados tende a sugerir que o aparato burocrático criado pelo governo se mostrava pronto a responder com eficiência à pressão por terras. Entretanto, outros fatos devem

ser considerados sobre os eventos narrados acima. Já foi dito que Calixto era prefeito de Nonoai; outra informação relevante a ser considerada era o seu partido: o PTB, ou seja, o mesmo do governador. Além disso, outro elemento torna ainda mais complicada a versão de que a organização dos sem-terra para acampar teria sido tomada exclusivamente por Calixto. O seu próprio sobrenome já anunciava que seus laços não eram somente com o partido do governo, mas também com o próprio governador. O sobrenome, “de Moura”, de Jair de Moura Calixto e de Leonel de Moura Brizola não era coincidência, indicava a relação de parentesco dos dois. Calixto e Brizola eram primos ou, segundo dizem alguns dos entrevistados “primos-irmãos”. Ao considerar essa proximidade partidária e de parentesco entre os dois dos principais responsáveis pelo desenrolar dos eventos em Sarandi, obrigatoriamente é preciso considerar uma possível articulação entre os interesses do governador e a organização da ocupação por parte de seu primo. (ALVES, 2010, p.33)

Não muito diferente é o apontamento feito por (Rosa,2009), que mesmo com menos detalhes, este também nos traz a informação sobre a organização da ocupação e aponta os agentes envolvidos.

O grupo que chegou à Fazenda Sarandi era formado em sua quase totalidade por pessoas que vinham do município de Nonoai, distante 100 km dali. Segundo entrevistados que participaram da mobilização das pessoas e da montagem e organização do acampamento, tudo havia sido preparado pelo prefeito da cidade, Jair de Moura Calixto, filiado ao PTB. Além de correligionário de Brizola, Calixto era também seu primo. A proximidade entre Calixto e Brizola lembrava também as relações que envolviam o fundador do Master, Milton Serres Rodrigues, e o governador. (ROSA, 2009, P.203)

A criação de um aparato governamental, juntamente com as leis que autorizavam o governo a implementar ações para atender, as reivindicações dos sem-terra, podem indicar ou não a intenção do governo em promover uma reforma agrária, todavia a rapidez com que o governo do estado gaúcho sob o comando de Leonel de Moura Brizola, atende estas reivindicações, quando do acampamento na fazenda Sarandi, demonstra claramente que este estava com certeza aguardando as mesmas para efetivar a reforma agrária.

No caso da fazenda Sarandi que foi o marco inicial no processo de reforma agrária no governo Brizola é interessante apontarmos a tese de mestrado de Bernard Jose Pereira Alves, que traz uma série de entrevistas feitas com pessoas que participaram, da organização do movimento e da ocupação ou acampamento da fazenda Sarandi.

Entre todos os pesquisadores que analisaram este tema, um dos que mais profundamente pesquisou o caso Sarandi, foi Bernard José Pereira Alves, eu em sua tese de mestrado, buscou junto a pessoas que efetivamente participaram da organização, e ocupação da fazenda Sarandi, através de entrevistas confirmar, ou negar, tudo o que se avia produzido na historiografia sobre o tema. Alves vai através destas entrevista fazer um trabalho de comparação, com fontes documentais e jornalísticas, e apresentar um novo panorama sobre os agentes e as participações destes dentro de todo um processo, que tem pôr fim a execução do projeto de reforma agrária no Rio Grande do Sul, durante o governo de Brizola.

Alves nos traz as informações fornecidas por Paulo Schmidt, que ocupou diversos cargos dentro do governo Brizola, tendo participando primeiro da CEPE, depois fazendo parte da CETH, GT-14 e, por fim, do IGRA. Assim como foi mudando de posição dentro dos diferentes órgãos do governo estadual, Schmidt também foi ascendendo na hierarquia dentro do governo, tendo não apenas sido um espectador mas sim participado efetivamente de todo o processo de reforma agrária, no estado gaúcho. Para Schmidt o processo de êxodo rural era muito intenso, e a grande quantidade de terra improdutiva da fazenda Sarandi, justificava o movimento de ocupação.

Schmidt afirma, que a iniciativa da ocupação da fazenda Sarandi foi de exclusividade do primo “malucão” de Brizola, e que este não tinha conhecimento do movimento de invasão, mas também afirma, que imediatamente após o ocorrido o governador, em apoio ao mesmo envia mantimentos e a brigada militar para garantir a segurança dos acampados.

Outro dos entrevistados e Romeu Berlaze, que era suplente de deputado e vinha ocupando frequentemente o cargo na assembleia legislativa, sendo posteriormente chamado a integrar o IGRA para se ter uma ideia da importância de Berlaze no caso da fazenda Sarandi, basta saber que ele foi o responsável por receber a fazenda em nome do governo gaúcho no momento de sua desapropriação, isto já é o suficiente para se entender, o quanto este esteve ligado ao processo de reforma agrária desenvolvido nas terras da Sarandi.

Berlaze é categórico em afirmar que não houve uma invasão na fazenda Sarandi e sim um acampamento, sem derrubadas de cercas e invasão, sendo para ele um movimento que atuou estritamente dentro das leis, outro ponto importante apontado por Berleze, foi o de que assim que se montou o acampamento foi erguida uma cruz de madeira, e rezado uma missa, segundo ele isto significaria que aqueles que lá estavam não eram comunistas.



**Figura 02:** Missa realizada no acampamento do Capão da Cascavel - Fazenda Sarandi - Acervo Paulo Schmidt - Janeiro de 1962. (ALVES, 2010, p. 43)

Já quando questionado sobre o conhecimento de Brizola, sobre a invasão ou como ele retratou o acampamento, Berlaze afirma que o governador sabia segundo ele, já era de conhecimento dentro do governo que um acampamento nos moldes realizados em Sarandi, onde não ocorre-se avanço sobre a cerca e que mobilizasse muitas pessoas não seria mal visto dentro do governo.

Outro personagem que foi ouvido por Alves e que viu de perto os eventos da Fazenda Sarandi foi João Manuel Ribeiro. Na época ele era secretário da prefeitura de Sarandi, que tinha como prefeito Ivo Sprandel. João Manuel presenciou toda a movimentação que a ocupação promoveu na pequena cidade, além disso, vivenciou parte do cotidiano do acampamento ao se envolver como representante da prefeitura em pequenos problemas que lá ocorriam.

João Manuel aponta Calixto como idealizador do movimento, e ao se referir a o acampamento aponta que este teria ocorrido dentro da fazenda, mas é importante atentarmos para o fato de que dentro da fazenda poderia ser as margens de estradas que cortavam a mesma, e estavam portanto dentro da fazenda, de modo que esta afirmação não contraria as dadas por Schmidt e Berlaze de que tudo ocorrera dentro da legalidade.

Outro ponto a ser analisado, a respeito da entrevista de João Manuel, e o fato de ele ter citado que quando esteve no acampamento, para resolver pequenos problemas do cotidiano do mesmo, tratou com membros do IGRA, isto indica que neste momento já havia ocorrido a desapropriação, pois o IGRA só se instala no acampamento após a mesma ter ocorrido.

Quanto a participação de Brizola na organização do movimento João Manuel diz não ter muita certeza de qual era o conhecimento do governador sobre o fato; no entanto levando em conta a relação dos “primos-irmãos”, como repetiu por mais de uma vez na entrevista, reafirma, com desconfiança, que os laços familiares foram determinantes na ocupação da fazenda.

Outro entrevistado foi Carlos Araujo, este esteve envolvido na organização da ocupação. Carlos Araújo que foi filiado ao (PCB), e depois migrou para o (PC do B) e Junto a outros militantes criou o Centro de Estudos e Debates Castro Alves que seria, a priori, um grupo de discussão de obras literárias, mas que na verdade atuava na organização de cooperativas de trabalhadores. O grupo pede ajuda ao governador que os auxilia cedendo espaço para a sede do grupo e com auxílio para o transporte nas atividades desenvolvidas no interior do estado.

Foi numa destas visitas ao interior que ele tomou conhecimento de que um prefeito estaria organizando um movimento camponês'. É assim que João Araujo vai conhecer Jair de Moura Calixto, isto ocorre quando o grupo castro Alves vai oferecer ajuda para organizar os camponeses. Segundo ele Calixto desconfia a princípio pelo fato do grupo ser comunista, mas acaba aceitando a ajuda.

Araujo diz acreditar que Brizola não tinha conhecimento do fato, uma vez que Calisto teria falado do medo da reação de Brizola, e também do medo de uma intervenção do exército, Araujo afirma que a organização foi feita de casa em casa, e que ninguém sabia qual seria o local ocupado. Também afirma que o movimento chegou a envolver cinco mil famílias, mas que ao saber dos perigos que envolviam a ocupação duas mil teriam desistido. No final Araújo afirma que a ocupação foi dentro da propriedade ocorrendo inclusive abertura de uma estrada para montagem de barracos.

Outro entrevistado por Alves que acompanhou ainda mais de perto a ocupação da Sarandi foi Cleto dos Santos. Sua história se assemelha a de Carlos Araújo, que como ele, fez parte do PCB enquanto era estudante secundaristas em Porto Alegre. Cleto foi para a capital do estado para continuar os estudos, sendo que permaneceu no PCB quando o colega se filiou ao PCdoB.

Tendo concluído os estudos na capital Cleto volta a Nonoai de onde é natural. Em 1959 chega a disputar a candidatura para prefeito da cidade, mas é derrotado justamente por Calixto.

Cleto já havia conhecido Calixto enquanto ainda estava estudando em Porto Alegre, e foi assistir a uma palestra para os alunos de direito da PUC (Pontifícia Universidade Católica) sobre reforma agrária e um dos entrevistados era Jair Calixto que, ao ser perguntado sobre como deveria ser feita a reforma agrária ele teria respondido: que só haveria uma forma de fazer, que era invadir, balizar as terras e distribuí-las.

Este depoimento de Cleto se torna mais importante, por trazer a informação sobre o interesse de Calixto pela reforma agrária, independentemente de ter ou não agido sob a influência de Brizola, este depoimento demonstra que o tema reforma agrária já fazia parte da vida de Jair de Moura Calixto.

Outro ponto que só aparece no depoimento de Cleto é a forma como Calixto teria divulgado o evento, que seria na forma de convite para que os camponeses participassem de um movimento que iria distribuir terras mas que na verdade, estava organizando as pessoas para “invadir” uma terra.

Cleto confirma a informação de Araujo de que Calixto não teria informado a miguel onde seria o local do que ele chama de invasão, já no tocante a Calixto ter agido sem o conhecimento de Brizola, Cleto diz não acreditar nesta possibilidade, para ele Calixto agiu de acordo com Brizola, e aponta a forma como o governador atua, enviando a brigada militar já no dia seguinte à segunda ele “invasão” para justificar sua opinião. (ALVES, 2010, P.34-40)

De todas as entrevistas feitas por Alves, a de seu Chico com certeza é a que mais impressiona, seu Chico, ou simplesmente Chiquinho das Éguas, um homem com mais de 94 anos de idade, que segundo Alves é o que traz mais vivo aquele acontecimento, sendo capaz de trazer detalhes sobre a organização da ocupação ou do acampamento da Sarandi, seu Chico ou Chiquinho das Éguas, se diferencia dos outros entrevistados por vários motivos, primeiro por ser analfabeto, segundo por não ter ligação alguma com o governo do estado e terceiro por não fazer parte de nenhum partido político ou associação que tenha se envolvido na organização do acampamento na Sarandi.

As informações trazidas por seu Chico são muito importantes, pois são as respostas de um homem, que ao conhecer o movimento não traz consigo nenhuma doutrinação ou influência política, nem no momento em que é recrutado para a tarefa de conduzir os camponeses, até o local da ocupação ou do acampamento, nem no momento da entrevista.

O único fator que pode ter influenciado seu Chico, foi o de ter podido pela primeira vez em sua vida, ser dono de um pedaço de terra, que pudesse chamar de seu, onde pudesse se fixar com sua família.

Seu chico um homem que não conhecia as letras, e talvez por este fato, tenha guardado em suas memórias tantos detalhes, sobre os agentes envolvidos naquela empreitada, como podemos ver na citação a seguir onde Chico narra com muitos detalhes tomou conhecimento do movimento, e como os fatos teriam ocorrido, e qual sua participação nos mesmos.

Para Seu Chico tudo começa no dia nove de janeiro de 1962 quando, segundo ele, Brizola manda um avião buscar Calixto em Nonoai. Nesse ínterim, enquanto o prefeito embarca para falar com o governador, um funcionário da prefeitura vai até a casa de Seu Francisco para lhe dizer que fosse, ao final da tarde, na prefeitura, para encontrar Calixto. Quando este voltou contou que Brizola queria alguém para organizar o movimento. Quando este voltou contou que Brizola queria alguém para organizar o movimento. O governador teria dito: *“Eu mandei te chamar porque o Ivo tá aqui olha, mas não quis assumir. Então você pega um homem bom, que conheça a região para escolher o local!”* Ivo, mencionado na fala de Brizola, seria Ivo Sprandel, prefeito de Sarandi que, segundo sugere a informação, teria se recusado a tomar a frente da ocupação [...] Voltando à narrativa de Seu Chico, teria sido a recusa de Ivo Sprandel que colocou Calixto à frente do movimento e, a partir daí, a história de Seu Chico passa a ser importante para conhecer a ocupação da Sarandi. Brizola, ao perguntar a Calixto se conhecia alguém para escolher o lugar do acampamento, teria ouvido de seu primo: *“Eu só conheço um homem para isso, 'analfabeto de leitura', mas tem uma prática e uma memória que talvez ganhe de mim que sou prefeito e de você que é governador.”* [...] Este homem de confiança de Calixto era Seu Chico, que apesar de “analfabeto de leitura”, como diz, conhecia toda a região da Fazenda Sarandi por razão de sua atividade de tropeiro.

Seu apelido, “Chico das Éguas”, vinha dessa época em que viajava por todo o estado comprando e vendendo mulas. Ele conta que em uma dessas viagens ele descobriu, em meio ao Capão da Cascavel, uma fonte de água potável que ninguém mais conhecia e foi a existência daquela fonte que fez com que o primeiro acampamento exigindo a distribuição de terra para colonos sem-terra no Rio Grande do Sul fosse realizado naquele capão, na Fazenda Sarandi, em 11 de janeiro de 1962. [...] Brizola teria mandado Calixto arrumar 450 famílias para a ocupação, mas, segundo conta Seu Chico, no dia 10 de janeiro eles já tinham 750, [...] A história contada por Seu Chico é repleta de detalhes que outros personagens não mencionaram e, inclusive, contraria parte considerável de algumas afirmações apontadas anteriormente. Entretanto, uma informação mais conclusiva pode ser extraída dessa passagem - o local onde seria realizada a ocupação parece que era do conhecimento de poucos, tanto que este foi decidido a partir do conhecimento do ponteiro da ocupação, que foi avisado somente dois dias antes. [...] Um dos momentos descritos com mais emoção por Seu Chico é a visita de Brizola ao acampamento no dia 18 de janeiro, esta que, segundo ele, já havia sido combinada com Calixto em sua viagem do dia 9, ainda antes do início do acampamento. A chegada do governador ao local é descrita por ele com uma riqueza de detalhes que desafiam a memória do homem de 94 anos. Ele teria sido apresentado ao governador por Calixto que completou *“Aí Brizola, o que eu te disse lá”* - apontando Seu Chico como ponteiro da ocupação. (ALVES, 2010, p. 41-42)

Embora os pontos divergentes apresentados pelos entrevistados, todos eles envolvidos no processo que levou a desapropriação e distribuição de terras da Sarandi, entre os camponeses que a reivindicaram. Não a como negar o envolvimento pessoal do governador Brizola neste processo, por mais que se possa manter uma imparcialidade, sobre os desenrolar dos fatos e os envolvidos neles, a sequência do pós ocupação, não deixa dúvidas sobre a participação do governo do estado gaúcho e do governador Brizola.

No dia 13 de Janeiro de 1962, ou seja apenas dois dias após a ocupação da Sarandi, o governador Leonel de Moura Brizola assina o decreto de desapropriação da fazenda Sarandi. Qual seria a possibilidade de alguém que não tivesse nenhum conhecimento sobre um fato desta importância, que foi a ocupação ou acampamento da fazenda Sarandi, ter já no dia seguinte ao fato, determinado o deslocamento de um batalhão da brigada militar para proteger os acampados, e mais, apenas dois dias após o fato da ocupação ou do acampamento, ter assinado um decreto de desapropriação.

Acredito que é ingenuidade se atribuir estes fatos a uma reação aos acontecimentos, pois por mais que o governador fosse favorável aos camponeses sem-terra, se não estivesse a par dos fatos, teria no mínimo que primeiro tomar conhecimento dos mesmos, e analisar o ocorrido para a posteriori tomar as providências, e convenhamos que isto nem nos dias atuais, com a rapidez de acessibilidade que temos as informações, teria ocorrido de forma tão rápida, como ocorreu no caso da fazenda Sarandi em 1962.

Alves (2010), em sua dissertação de mestrado, vai apontar a rapidez com que o governo gaúcho faz a desapropriação da fazenda Sarandi, e apresenta parte do texto do decreto, onde o governo aponta os motivos e justifica esta desapropriação, como podemos ver na citação a seguir.

Considerando a exposição feita pelo Exmo. Senhor Secretário de Agricultura com referência às reivindicações formuladas por mais de mil famílias de agricultores sem terras dos municípios de Nonoai, Sarandi e outras regiões que apelam ao Governo do Estado para que se lhes possibilite a fixação ao solo, propiciando oportunidade para o trabalho agrícola; Considerando que esta aspiração gerou movimento local de alta repercussão pelos característicos de fato novo que aconselha o Poder Público a reconhecer a gravidade da questão social em nosso meio e a diligenciar imediata solução dentro das possibilidades da atual ordem jurídica; Considerando que a Constituição do Rio Grande do Sul, obediente aos princípios inscritos na Carta Federal, impõe aos Poderes Estaduais o dever de promover a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse social e de modo que o maior número possível de famílias participe do uso da terra e conte com meios de produção; (...) **Considerando, assim, que o movimento dos agricultores sem-terra, que motiva o presente decreto, tem caráter pacífico como evidenciam as mensagens trazidas ao Governo e**, conseqüentemente, não só representa verdadeira aspiração de justo sentido humano dentro da sociedade cristã, como **encontra perfeita correspondência nos princípios e mandamentos constitucionais que devem ser urgentemente cumpridos em sua plenitude**; Considerando que as peculiaridades da região de onde se origina o presente apelo, pelas necessidades locais de aumento de produção, aproveitando do braço agrícola e fixação do homem à terra aconselham o Poder Público a promover logo um plano especial de colonização, adequado ao seu desenvolvimento econômico (ALVES, 2010, P. 42. Apud, Decreto de desapropriação da Fazenda Sarandi - grifo do autor).

A fazenda Sarandi, é um marco na história da reforma agrária no Rio Grande do Sul, pois esta determinou o ponto inicial do processo de reforma agrária, do governo Brizola. Se por um lado o governo gaúcho tinha montado um aparato legal para poder efetuar a reforma agrária,

e só estava no aguardo, esperando que um grupo organizado de no mínimo 100 agricultores, fizessem esta reivindicação para poder fazer uso do mesmo. E independentemente de estar o governo ou não, envolvido neste primeiro movimento a reivindicar terra, o fato é que a partir do desfecho deste, com a desapropriação da fazenda Sarandi. Fica sinalizado para o camponês sem-terra a disposição do governo Brizola, em atender a demanda destes pelo acesso à terra, onde pudessem se fixar, produzir e sustentar suas famílias.

A verdade é que este foi apenas o início dos movimentos que reivindicam terra, pois a partir das conquistas alcançadas por este, vão aflorar no estado gaúcho os movimentos de camponeses que reivindicam, o direito de acesso à terra.

## 8.6 O BANHADO DO COLÉGIO

O Banhado do Colégio é um distrito do município de Camaquã, no Rio Grande do Sul. O distrito está situado na região sul do município é apontado pelos pesquisadores do tema como o local onde a reforma agrária de Brizola foi mais prospera, o Banhado do Colégio é uma área de aproximadamente 20 mil hectares, que a princípio era um grande banhado, e desde o início da década de cinquenta vinha sendo drenado pelo governo federal, e como resultado uma área alagada se tornara uma vasta área de terra muito fértil. Toda esta terra estava sendo ocupada por fazendeiros, que se diziam proprietários das mesmas, baseados em suas escrituras que diziam que suas terras faziam divisa com as áreas alagadas.

O que teria levado os camponeses sem-terra a acampar neste local, além do fato dos fazendeiros terem se apropriado de terras que não lhes pertencia, teria sido o fato que a maior parte deles além de se apropriar das mesmas, muitas vezes expulsando pequenos arrendatários que ocupavam as áreas limítrofes das propriedades, que se tornavam produtivas através de pequenas drenagem feitas pelos arrendatários nestas áreas.

O fato é que com o sucesso alcançado pelos camponeses na fazenda Sarandi, os arrendatários que aviam sido expulsos pelos fazendeiros das terras do Banhado do Colégio, se organizam e apenas 12 dias após o acampamento da Sarandi, estes montam acampamento no Banhado do Colégio.

No dia 23 de Janeiro de 1962, este grupo de camponeses sem-terra monta acampamento as margem do Arroio Duro, que cortava toda área do Banhado do Colégio, o local foi escolhido

por ser área de marinha, e portanto pública, tendo desta forma os acampados não invadido nenhuma propriedade particular, ou seja os acampados agiram estritamente dentro da lei.

É interessante frisarmos que estes sem-terra aviam formado uma associação apenas um dia antes da formação do acampamento, desta forma “A ocupação do Banhado do Colégio teria sido realizada no dia seguinte à criação da Associação dos Agricultores Sem Terra de Camaquã, esta datada do dia 22 de janeiro de 1962.” (ALVES, 2010, p 44).

O fundador desta associação e responsável pelo acampamento é Epaminondas Silveira, que ao contrário de Calixto no caso da Sarandi, parece não ter nada a ver com o governador do estado ou com seu partido, no entanto Harres (2002) nos traz informações que põem em dúvida está independência do movimento do governo e de seu partido, segundo Harres, na ata de fundação da mesma, juntamente com Epaminondas, eleito presidente, foi escolhido presidente de honra um homem chamado Hilson Scherer Dias que, além de ser um dos nomes mais expressivos do PTB local, era chefe de gabinete de João Caruso, que era secretário da agricultura do estado do rio Grande do Sul.(HARRES,2002,p302)

E não só isto causa dúvidas sobre a independência deste movimento mas também como ocorreu na Sarandi, as medidas tomadas pelo governo do estado suscitam no mínimo muitas dúvidas, primeiro a visita do secretário da agricultura ao acampamento, no mesmo dia em que este foi montado 23 de Janeiro, já no dia 28 apenas 5 dias após ocorre a visita do governador, e no dia 30 a área é considerada de utilidade pública, com a imediata emissão de posse pelo governo do estado do rio Grande do Sul , sem contar com o envio da brigada militar para garantir a segurança dos acampados, já no dia seguinte ao acampamento.



**Figura 03: Entrega dos Títulos de Concessão no Banhado do Colégio - Camaquã – Em destaque, governador Leonel Brizola (à esquerda, de camisa clara) Paulo Schmidt (abaixo, de costas) e o Secretário João Caruso (ao fundo, pela direita) –Acervo Paulo Schmidt. (ALVES,2010, p. 70)**

Sobre os fatos que ocorreram no Banhado do Colégio (Alves,2010) faz os seguintes apontamentos

É, no mínimo, intrigante que um funcionário próximo ao Secretário de governo, responsável por tratar justamente da área de interesse do grupo recém organizado, tenha sido escolhido para ser presidente de honra da associação. [...] Outro fato coincidente ocorre a partir daí, como na Sarandi, a resposta do governo do estado parece ter sido igualmente eficaz. No dia seguinte à criação da associação, o Banhado foi ocupado e o governo do estado marcou presença com o envio da brigada militar, para garantir a segurança. Além disso, o Secretário João Caruso também visitou o acampamento no mesmo dia 23, sendo que no dia 28 o próprio governador vai ao acampamento e, por fim, no dia 30 do mesmo mês, Brizola declara a área de utilidade pública para imissão imediata de posse quase 20 mil hectares de terras do banhado. Outra semelhança com fatos ocorridos na Sarandi diz respeito à “invasão” do local. Vale recordar que a questão apareceu de forma dispersa na fala dos entrevistados que deram seus depoimentos sobre a ocupação da Sarandi. Alguns garantiram que entraram na propriedade, enquanto outros afirmavam que o acampamento teria sido feito exclusivamente na beira da estrada que cortava a área. O que merece destaque é que o assunto reaparece nos depoimentos colhidos por Harres (2002:308), que indicavam a preocupação de Epaminondas de que o acampamento fosse organizado nas margens do Arroio Duro porque as terras seriam da Marinha, o que garantia que aquele acampamento não teria invadido qualquer propriedade. (ALVES,2010, p. 45)

Embora os casos da Sarandi e do Colégio do Banhado sejam os mais conhecidos e estudados, e como já citado anteriormente, são poucos os trabalhos de pesquisa sobre o tema, e nenhum que me tenha sido possível encontrar, que analise todas as áreas onde ocorreram acampamentos, e conseqüentemente que aponte os resultados, que estes acampamentos ou ocupações tenham alcançado.

O trabalho de pesquisa que traz mais informações, sobre quantos foram os movimentos organizados neste período por camponeses que buscavam terra, e também sobre os locais por

eles reivindicados, informando os tamanhos das áreas em disputa o local onde se encontravam, bem como qual era a situação legal destas terras, foi com certeza Eckert (1984), que fez um estudo detalhado sobre os movimentos, e as áreas reivindicadas, apontando a existência de pelo menos 33 mobilizações organizadas, entre 1960 -1964, como podemos ver a seguir na tabela formulada por Eckert.

| <b>Período</b>  | <b>Local</b>                          | <b>Tipo de Conflito</b>   | <b>Área Reivindicada</b>                       |
|-----------------|---------------------------------------|---------------------------|--|
| Julho de 60     | Encruzilhada do Sul                   | Processo de Expulsão      | Privada, litígio                               |
| Janeiro de 62   | Colégio<br>Sapucaia                   | Acampamento               | Privada  |
| Janeiro de 62   | Banhado do (Camaquã)                  | Acampamento               | Privada, confusa,<br>apropriada do Estado      |
| Janeiro de 62   | Taquari (Porto Grande)                | Manifestação              | Estado   |
| Janeiro de 62   | Santa Maria                           | Acampamento               | Indefinida                                     |
| Janeiro de 62   | Caçapava                              | Acampamento               | Indefinida                                     |
| Janeiro de 62   | Pelotas                               | Concentração              | Município                                      |
| Fevereiro de 62 | Alegrete                              | Acampamento               | União  |
| Fevereiro de 62 | Sapucaia (Faz. Itapui)                | Ameaça acampamento        | Privada, confusa                               |
| Fevereiro de 62 | São Leopoldo (Horto<br>Florestal)     | Pressão                   | Estado, horto florestal                        |
| Fevereiro de 62 | Vacaria (Faz. Gregório)               | Pressão                   | Privada  |
| Fevereiro de 62 | São Jerônimo (Quitéria)               | Pressão para distribuição | Estado   |
| Fevereiro de 62 | Itapoá                                | Acampamento               | Estado   |
| Fevereiro de 62 | S. Francisco de Paula (Faz.<br>Velha) | Ameaça de acampamento     | Área Florestal do Estado                       |
| Fevereiro de 62 | Taquari                               | Acampamento               | Privada e do Estado                            |
| Fevereiro de 62 | S. Francisco de Assis                 | Acampamento               | Privada  |
| Março de 62     | Tenente Portela                       | Solicitação               | Área indígena e reserva<br>florestal           |
| Março de 62     | Cachoeira do Sul                      | Acampamento               | Privada, confusa                               |
| Março de 62     | São Luiz Gonzaga                      | Acampamento               | Privada  |
| Abril de 62     | Sapucaia                              | Ameaça de acampamento     | Privada, confusa                               |
| Abril de 62     | Itaqui (Faz. Mata Fome)               | Ameaça de acampamento     | Privada  |
| Abril de 62     | Girúá (Rincão dos Vieira)             | Acampamento               | Privada, confusa                               |
| Maior de 62     | Cruz Alta                             | Acampamento               | Privada, improdutiva                           |
| Fevereiro de 63 | Passo Feio <sup>29</sup>              | Acampamento               | Estado (Reserva Florestal<br>e área indígena). |
| Agosto de 63    | Santa Bárbara                         | Expulsão                  | Privada  |
| Agosto de 63    | Nonoai (Reserva Florestal)            | Acampamento               | Estado   |
| Setembro de 63  | Torres                                | Acampamento               | Estado   |
| Setembro de 63  | Osório                                | Acampamento               | ?  |

|                 |                         |             |                      |
|-----------------|-------------------------|-------------|----------------------|
| Outubro de 63   | Bagé (Quebracho Grande) | Acampamento | União                |
| Dezembro de 63  | Guaíba                  | Acampamento | Privada, improdutiva |
| Janeiro de 64   | Bagé (Cinco Cruzes)     | Acampamento | União                |
| Fevereiro de 64 | Tapes (Santo António)   | Acampamento | Privada, improdutiva |
| Março de 1964   | Canoas                  | Acampamento | Privada              |

(Eckert,1984, p.233-234):

Podemos entretanto com base nas pesquisas de (Alves,2010), apontar mais dois casos que culminaram com a efetivação do processo de reforma agrária. O primeiro ocorreu na fazenda Pangaré de propriedade do governador Brizola e de sua esposa Neusa Goulart, no município de Ozório, onde o governador cedeu parte de sua fazenda para a reforma agrária, tendo esta sido implementada com a efetiva distribuição da terra para o assentamento de camponeses sem-terra.

O próprio governador e sua esposa, Neusa Goulart, ofertaram aproximadamente 40% de sua propriedade localizada em Ozório, a Fazenda Pangaré. Em carta<sup>38</sup>, os dois pedem que a área seja dividida em pequenas propriedades e vendida a “camponeses legítimos”, para pagamento em 15 anos. O documento não apresenta data aparente, mas a resposta do responsável pela elaboração dos projetos data de 19 de março de 1962, ou seja, a iniciativa de doação de Brizola sugere que a ação do governador se deu pouco depois de divulgado o apelo pelas doações das áreas.

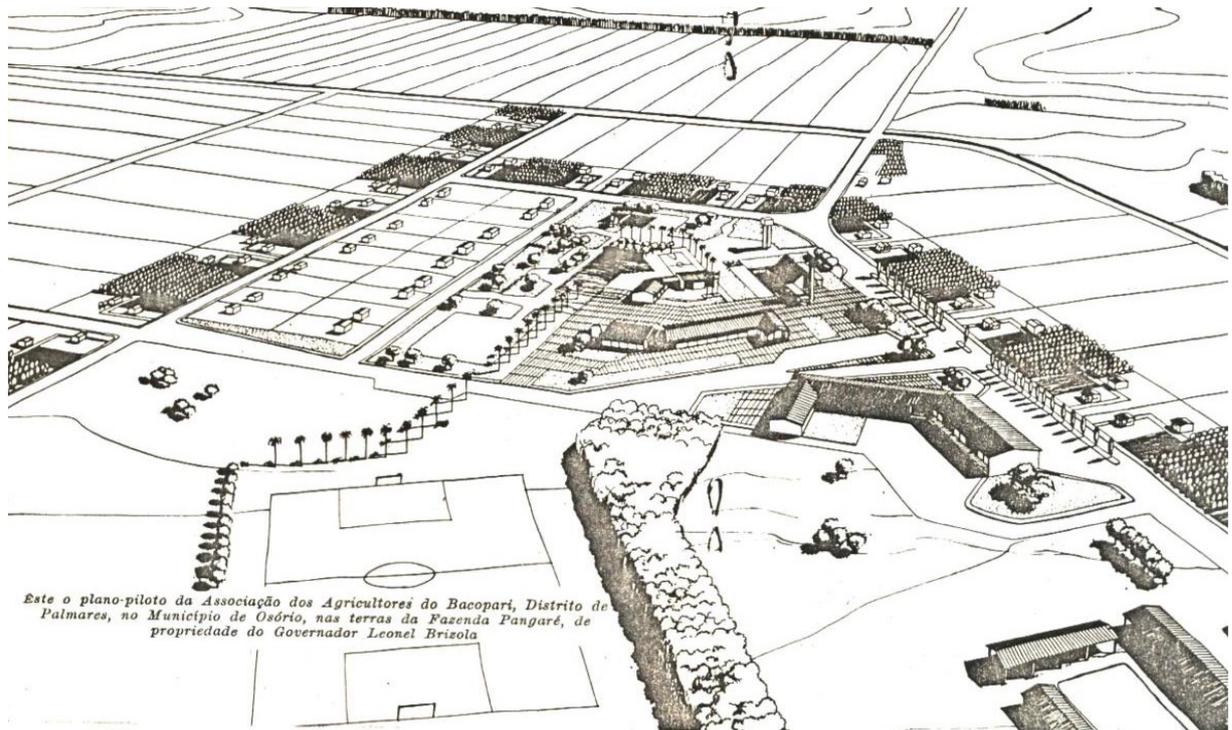
Na área doada por Brizola e sua esposa, o governo do estado foi capaz de concluir o projeto de assentamento antes do final de seu governo. É importante destacar que esses planos de colonização passaram a ser desenvolvidos exatamente um ano antes do fim do mandato do governador, ou seja, nem todos os projetos estavam concluídos em janeiro de 1963, último mês daquele governo. (ALVES, 2010, p.67)

Também em relação as terras cedidas por Brizola, (Alves,2010) faz mais uma observação apontando mensagem enviada à assembleia legislativa.

Em mensagem enviada à Assembleia no ano de 1962, pode-se verificar que o projeto estava em fase final, com 25 lotes demarcados, de 38 hectares cada, a serem distribuídos aos sem-terra. Além disso, o registro aponta que estava também destinada uma área para a construção de uma escola no local. Sobre o projeto para a Fazenda Pangaré, Paulo Schmidt afirma que era um “projeto modelo”, e reafirma a informação de que foram assentadas 30 famílias na área da antiga fazenda do governador e sua esposa. (ALVES, 2010, P.71)

Infelizmente inexistente um trabalho de pesquisa que contemple todas as 33 áreas, apresentadas na tabela acima, os poucos trabalhos de pesquisa sobre o tema se restringem a encruzilhada do Sul, Sarandi, Banhado do Colégio, e a fazenda Pangaré que foi cedida pelo governador Brizola para ser utilizada para projeto de reforma agrária.

**Figura 04: Plano-piloto da Associação Agricultores do Bacopari, Distrito de Palmares, no município de Ozório, em terras cedidas pelo Governador Leonel Brizola**



*Este o plano-piloto da Associação dos Agricultores do Bacopari, Distrito de Palmares, no Município de Osório, nas terras da Fazenda Pangaré, de propriedade do Governador Leonel Brizola*

Fonte: *Cartilha da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul*; Museu Olívio Otto, Carazinho. (ALVES,2010, p.71)

Da mesma forma que ocorreu com as terras cedidas por Brizola, (Alves,2010) aponta que houve a efetivação de um projeto de reforma agrária no município de Itapuã, onde 30 famílias foram assentadas em terras que pertenciam ao governo gaúcho.

Ainda nos registros das mensagens do governador à Assembleia podem ser localizadas informações sobre 3.000 hectares de terra, já de propriedade do governo, no município de Itapuã. A mensagem informa ainda que a área estava sendo inspecionada por técnicos para levantamento sobre as possibilidades de ocupação da área. Segundo Paulo Schmidt, o projeto em Itapuã foi concretizado, sendo assentadas aproximadamente 30 famílias na área. (ALVES, 2010, p.71)



**Figura 05: Sorteio dos lotes em Itapuã - Em destaque, Paulo Schmidt, ao fundo (direita), e sentado, em primeiro plano - Acervo Paulo Schmidt - sd. (ALVES, 2010, p.72)**

Como podemos ver na tabela acima, o caso de Encruzilhada do Sul, parece não ter muita conexão com o processo de reforma agrária que eclode em 1962, no entanto devemos lembrar que foi a partir deste que surgiu o MASTER, e mais importante ainda, são as medidas tomadas pelo governo do estado a partir deste, que vão aparelhar o estado, tornando possível que este de uma resposta, efetiva as reivindicações feitas a partir do acampamento da Sarandi em Janeiro de 1962.

Outro fato que fica bastante claro na tabela acima é o de que, a partir do desfecho ocorrido na fazenda Sarandi, vão eclodir o número de movimentos e acampamentos, todos visando forçar o governo a intervir e desapropriar estas áreas de terras, e disponibilizá-las para a reforma agrária. É interessante observarmos que durante cinco meses no ano de 1962, é que ocorrem a maioria destes movimentos de camponeses sem-terra.

Estes movimentos reivindicatórios que iniciam com o caso Sarandi, e durante cinco meses vão aflorar pelo estado do Rio Grande do Sul, vão abruptamente cessar em Maio de 1962, e mais uma vez fica o questionamento de qual foi a influência de Brizola nesta paralização das mobilizações de camponeses sem-terra.

O fato é que estas mobilizações só vão ressurgir no ano de 1963, mais especificamente no mês de Fevereiro de 1963, quando ocorre a troca de governante no estado gaúcho, e o governo é assumido por Ildo Meneghetti.

Também podemos ver na tabela elaborada por Eckert que estes movimentos de camponeses sem-terra, e seus acampamentos ou ocupações vão cessar em Março de 1964, e neste caso o motivo é bastante óbvio, o golpe civil militar, que acaba com qualquer possibilidade, de que os camponeses sem-terra do estado gaúcho mantenham os movimentos existentes, ou que consigam organizar novos movimentos, para buscar ter acesso à terra.

Infelizmente como citado acima, as pesquisas feitas sobre o tema se concentram, sobre a fazenda Sarandi, o Banhado do colégio, e a fazenda Pangaré, esta última provavelmente tenha recebido alguma atenção, por pertencer ao governador Brizola e sua esposa Neusa. Já no que se refere a pesquisas feitas sobre as demais áreas que mantiveram movimentos reivindicatórios, inexistem pesquisas que tenham realizado algum estudo mais profundo, sobre o que teria acontecido com os camponeses e também com as terras por eles reivindicadas.

De forma que até hoje em dia, esta falta de pesquisas sobre, a forma como ocorreram estes movimentos, e também sobre que final tiveram, acaba deixando até o momento para a história um vácuo, sobre quais foram os desfechos que ocorreram tanto com os camponeses envolvidos, quanto com as áreas em que estes camponeses em busca de terra realizaram acampamentos ou ocupações.

Por mais que eu tenha tentado buscar na historiografia que trata sobre o tema, infelizmente, não consegui acessar material que me possibilitasse apresentar, que resultados os demais movimentos de camponeses que buscavam terra, no Rio Grande do Sul entre os anos de 1960 e 1964, tiveram. Acredito que é possível se elucidar qual foi o final de todos os movimentos que ocorreram no estado gaúcho, principalmente porque é possível se saber através da documentação disponível, os locais onde estes ocorreram, e também quais eram as áreas de terra que reivindicava. Sendo desta forma plausível que se desenvolva um trabalho elucidativo, sobre a totalidade das mobilizações de camponeses sem-terra no Rio Grande do Sul, em um tempo em que o Brasil viveu um sopro de democracia, e o estado gaúcho esteve sobre o comando de um governador que ousou realizar a primeira reforma agrária feita por um órgão oficial no Brasil.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisei nesta pesquisa um tempo em que o Brasil durante um breve período viveu um sopro de democracia. Em seu início este trabalho estava pautado em buscar entender, como ocorreu a reforma agrária feita pelo governo de Leonel de Moura Brizola, no estado gaúcho, entre os anos de 1959-1963, com foco em analisar o porquê da mesma ter sido, invisibilizada pela historiografia que trata do tema sobre a reforma agrária no Brasil.

Ao iniciar as pesquisas, me deparei com fatores muito mais complexos, sobre os agentes que estavam presentes, dentro do contexto em que esta reforma agrária ocorreu. Estes fatos me levaram a trabalhar em meu primeiro capítulo, a participação destes agentes, que em um período em que o Brasil viveu este breve sopro de democracia, atuaram na organização dos camponeses sem-terra em nosso país.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi o protagonista inicial da organização camponesa no Brasil, através da formação das Ligas Camponesas, deu início a organização do campesinato em nosso país. O PCB foi o precursor, mas logo outros agentes se juntaram ao mesmo, e isto levou não apenas a organização do campesinato, mas também a uma ferrenha disputa pela hegemonia na articulação dos movimentos camponeses no Brasil em um período em que se viveu um tempo de democracia.

Com a Análise de como foi a atuação do Partido Comunista Brasileiro(PCB), das Ligas Camponesas (Ligas de Julião), da Igreja Católica e principalmente do Movimento Dos Agricultores Sem-Terra(MASTER). Foi possível entender, como durante este sopro de democracia vivido por nosso país, a massa camponesa oprimida passou a reivindicar de forma organizada a reforma agrária, e a partir dela buscar por seus direitos de acesso à terra.

Com o estudo destes agentes foi possível entender como ocorreu a atuação dos movimentos promovidos a nível nacional, e que portanto também se fizeram presentes no Rio Grande do Sul. Embora houvessem vários agentes atuando na organização camponesa no estado gaúcho, nem um deles vai se equiparar ao “MASTER”, que se tornou juntamente com Leonel de Moura Brizola, o protagonista da primeira reforma agraria feita por uma entidade oficial no Brasil.

O MASTER já em seu nascedouro está envolvido em polemicas, sendo difícil se fazer um apontamento definitivo sobre de quem é a responsabilidade de seu surgimento. Por mais que se busque esclarecer, qual foi a participação de cada um dos agentes envolvidos neste movimento, não é possível definir exatamente, qual a influência do governo do estado, desde a

criação até a organização dos atos protagonizados pelo MASTER, porem fica claro que este desde o nascedouro do movimento esteve presente junto à organização do mesmo, e não apenas como apoiador, mas sim como, se não o único, mas com certeza um dos idealizadores do mesmo.

De forma semelhante também fica muito difícil de definir qual foi o grau de influência que o MASTER, teve nos atos protagonizados pelo governo de estado gaúcho, no processo de reforma agrária por ele implementada. No entanto o que é possível afirmar, com base em todas as informações acessadas, é que ocorreu uma relação muito estreita de ajuda mutua entre ambos. Mesmo ficando difícil de definir até onde ia a atuação de cada um, nas mobilizações dos camponeses sem-terra, ou nas ações tomadas pelo governo a partir destas.

Foi possível apontar a cumplicidade entre o MASTER e o governo gaúcho, já em sua fundação, onde vemos a participação de agentes políticos do PTB, partido de Brizola no ato de formação do mesmo, de forma que fica claro que o governador e seu governo estavam a par dos fatos que ali foram protagonizados.

De modo semelhante e até mais explícito, vai ser o primeiro ato organizado, quando da retomada da atuação do MASTER, que ocorreu no ano de 1962, com a mobilização que leva ao acampamento ou ocupação da Sarandi, que esta relação vai ficar mais clara, a partir da atuação do ator principal do movimento que foi o prefeito de Nonoai, Jair de Moura Calixto primo de Brizola.

Calixto não apenas organiza mas também lidera a ocupação, ou acampamento, que dá início a todo o processo de reforma agrária no estado gaúcho. Mas o que vai chamar mais a atenção é a rapidez com que o governo responde ao movimento, primeiro providenciando proteção aos sem-terra, e em seguida atendendo a suas reivindicações, com a desapropriação das terras disputadas.

De forma semelhante ao ocorrido na Sarandi, também no caso do Banhado do colégio, esta relação fica bastante explícita, como apontamos anteriormente ao citar a ata de fundação da associação dos sem-terra de Camaquã, esta última responsável pelo acampamento no Banhado do Colégio, onde aparece o nome de Hilson Scherer Dias que era chefe de gabinete de João Caruso, então Secretário de Agricultura do governo gaúcho, como presidente de honra desta associação. E da mesma forma os atos do governo garantindo o bem estar dos acampados e atendendo sua reivindicações.

Se de início o governo de Brizola, não demonstrava ter interesse pelo tema reforma agrária, no decorrer de seu governo, a criação de um aparato legal, que vai amparar o governo

quando da efetivação deste processo, deixa dúvidas sobre se realmente este desinteresse inicial era real.

Estas dúvidas só aumentam quando lembramos, que todo o aparato legal organizado pelo governo de Brizola, que lhe possibilitou efetivar um projeto de reforma agrária, só puderam ser utilizados por estarem embasados na constituição gaúcha, que fora promulgada quinze anos antes, em 1947. E da qual Brizola tinha amplo conhecimento, por ter participado de sua elaboração como deputado estadual, e mais por ter sido de iniciativa de seu partido o PTB, a formulação das leis, que tratavam da responsabilidade do governo, em atender as reivindicações feitas por camponeses que se organizassem em grupos com mais de cem pessoas, em busca de terra. E estas leis foram especificamente utilizadas para legitimar a atuação do governo de Brizola na implementação da reforma agrária, no Rio Grande do Sul.

Infelizmente Sarandi, Banhado do Colégio, Pangaré e Itapuã acabam sendo exceções, quando buscamos por informações sobre a reforma agrária feita no estado gaúcho entre os anos de 1960 e 1964. Isto me leva a entender, que existe um vácuo a ser preenchido, sobre os movimentos camponeses que ocorreram neste período, e quais foram os destinos dos mesmos, tanto durante o governo de Brizola, quanto a posteriori. Se num universo de 33 movimentos que foram confirmados, e catalogados, por Eckert em suas pesquisas sobre a reforma agrária do governo de Brizola. Sendo que deste universo apenas três possuem estudos que podem ser considerados de relevância, para se fazer uma pesquisa, em que seja possível fazer apontamentos conclusivos sobre a reforma agrária feita por Brizola.

E embora estes estudos permitam se fazer uma pesquisa ampla, a respeito do processo de reforma agrária implantado no Rio Grande do Sul, no governo de Leonel de Moura Brizola, com autores possibilitando que sejam apontadas diferentes posições sobre a reforma agrária, e a participação dos agentes envolvidos na execução da mesma, não podemos deixar de questionar, o que aconteceu com os outros movimentos de camponeses, que se organizaram em busca do direito ao acesso à terra.

É esta falta de pesquisas sobre os demais movimentos, que defino como sendo um vácuo, que ainda precisa ser preenchido sobre a reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, em um tempo onde no Brasil o povo viveu por um breve período, um sopro de democracia.

Apresentei neste trabalho, como ocorreu todo o processo que levou a implantação da reforma agrária no Rio Grande do Sul. A princípio entendo que foi possível alcançar a maior parte dos objetivos traçados para este trabalho. Mesmo sabendo que foi impossível contemplar todas as possibilidades levantadas sobre o tema, a principal delas é o porquê desta que foi a primeira reforma agrária, feita por um órgão oficial no Brasil, e que efetivamente alcançou os

seus objetivos, ou seja distribui terra aos camponeses que se organizaram, e reivindicaram do estado seu direito a possui-la, recebeu tão pouca relevância por parte da historiografia que trata do tema, principalmente se levarmos em conta, que menos de dez por cento dos movimentos de mobilização que ocorreram no período apresentam algum tipo de estudo.

Mesmo sendo possível acessar amplo material de pesquisa sobre a reforma agrária realizada no estado gaúcho, este fica restrito a teses e dissertações, não tendo sido possível encontrar nas publicações que tratam do tema sobre a reforma agrária em nível nacional, que abundam no período pós ditadura, nenhum estudo mais amplo sobre a reforma agrária do estado gaúcho, no governo de Leonel de Moura Brizola. Sendo que quando apontadas geralmente não recebem muita atenção, sendo comum que a mesma se quer seja reconhecida como sendo efetivamente uma reforma agrária, como já apontado anteriormente.

Para concluir quero apenas lembrar que na década de oitenta, quando do ressurgimento do Movimento Dos Agricultores Sem-Terra, agora denominado de (MST). Este ressurgimento ocorre em Encruzilhada Natalino, uma área entre os municípios de Nonoai e Sarandi, nas terras desapropriadas vinte anos antes por Leonel de Moura Brizola, e onde ocorreu a primeira ocupação do MASTER, e também, é este o local em que se efetivou de fato, a primeira reforma agraria protagonizada por um órgão oficial no Brasil, a reforma agrária de Brizola.

Ao finalizar este trabalho, ficam vários questionamentos que pela ampla abrangência que o tema ocupa não foram possíveis de se realizar uma análise mais profunda, entre eles qual foi a importância de Brizola nos movimentos reivindicatórios, principalmente entre as massas e camponesas, e o quanto de importâncias estes movimentos vão ter na deflagração do golpe civil militar que põe fim a um breve sopro de democracia vivido pelo povo brasileiro.

No mesmo sentido, não foi possível aprofundar qual foi a real influencia que a Reforma Agrária de Brizola, e o MASTER, vão ter, quando no período de redemocratização do Brasil, no surgimento do MST. Também não foi possível aprofundar os estudos sobre o porquê embora com a existência fatos apontando uma ligação quase umbilical entre o surgimento do MST, e o MASTER. Ocorreu não apenas a negação desta ligação, como também o não reconhecimento do projeto efetivado no Rio Grande do Sul, por Leonel de Moura Brizola, como sendo a primeira reforma agrária executada por um órgão oficial no Brasil.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRIZOLA tempos de luta. Direção de Tabajaras Ruas. Produção de Ligia Walper. Realização de Tajaras Ruas. Roteiro: Rogério Brasil Ferrari Sérgio Gonzalez Tabajaras Ruas. [s.i]: Canyon, 2007. 1:DVD (90 min.), son., color.> Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-216551/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Memorial do Legislativo do RS- Assembleia Legislativa. Disponível em:

- [www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/Legislaturas/.../Default.aspx](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/Legislaturas/.../Default.aspx). > Último acesso em: 25 nov.2018

- Pesquisas Científicas - Assembleia Legislativa do RS. Disponível em: [www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasCientíficas/tabid/3607/Default.aspx](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasCientíficas/tabid/3607/Default.aspx)> Último acesso em 24 nov 2018

Jornal Terra Livre, Janeiro de 1962 – Dezembro de1962. Disponível em:

<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&pesq=&pastaJornal%20dos%20Trabalhadores%20SEM%20TERRA/n%2001%20a%2016%201981>> Último acesso em 22 out 2018.

Hemeroteca Digital - BNDigital - Biblioteca Nacional

*Disponível em: [bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/](http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/)Último acesso em 25 nov 2018*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ricardo. **Leonel Brizola: uma trajetória política**. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- CAMARGO, Aspásia. **A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –INDIPO/FGV, Rio de Janeiro, 1979.
- CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária No Brasil**. São Paulo: Unesp, 2009. 563 p.
- CASALLI, Jairo Antônio. **Memórias de Brizola: O Guerreiro do Povo Brasileiro**. Erechim: Gráfica São Cristóvão, 2005.
- ECKERT, Córdula. **Movimento dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Itaguaí (RJ): UFRRJ, 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.
- GEHLEN, Ivaldo. **A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de Nonoai**. In: SANTOS, J. T. dos (org.) **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo, Editora da Unicamp/ICONE, 1985.
- GEHLEN, Ivaldo. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi**. Porto Alegre (RS): UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia). Editora Ática, 1989.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial** 3ª ed. São Paulo, Ática, 1980.  
1990 *A Escravidão Rehabilitada*. São Paulo, Brasiliense
- HARRES, Marluza Marques. **Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio**. Camaquã, RS. Tese de Doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- HARRES, Marluza Marques. Lutas e mediações políticas nos movimentos sociais rurais do Rio Grande do Sul.: In: MOTTA Marcia –ZARTH Paulo (orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: ed. UNESP 2009.

IANNI, Octavio. **A formação do proletariado Rural no Brasil-1971**. In: STEDILE & ESTEVAN. **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda- 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El caudilho: Leonel Brizola**. Rio de Janeiro: Aquariana, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Editora Vozes. 1992.

MIRANDA, Samir Perrone. **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006

MOTTA, Marcia; STEVES, Carlos. **LIGAS CAMPONESAS: História de uma Luta (Des) conhecida**. In: MOTTA, Marcia. **Lutas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Cap. 4. p. 01-19.

NARDY, Flavio Correa. **A Farsul e a Luta por Reforma Agrária: Violência de Classe e Marginalização dos Movimentos Sociais do campo no Rio Grande do Sul(1962)**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e Historiografia no Brasil**; comentários Sobre algumas obras notáveis. BIB/ANPOCS, R. Janeiro, (35):41-57, 1993.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e escravidão no Brasil**; uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental do Brasil; 1700-1875. Dados, Revista de Ciências Sociais, R. Janeiro, 30 (3):325-356, 1987.

SILVA, Gean Zimmermann da. **Ações do governo Brizola na questão da terra no norte do Rio Grande do Sul**. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **O latifúndio e as áreas indígenas**. Florianópolis: UFSC, 2015. v. 1, p. 1 – 19

TEDESCO, João CARINI, Joel J. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960 – 1980: O Master, indígenas e camponeses**. Porto Alegre: EST edições, 2007.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WELCH, Clifford Andrew. **“Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX”**. In: **Lutas & Resistências**. Londrina, PR, set. 2006; v.1, p. 60-75. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/revista1aedicao/lr60-75.pdf>>. Acesso em: 15/05/2018

WELCH, Clifford Andrew. **Os camponeses entram em cena: a iniciação da participação do campesinato paulista**. In: MOTTA Marcia –ZARTH Paulo (orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: ed. UNESP 2008.

ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. **As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura 1958-1962.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 1980.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho. 1850/1920.** Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1997.  
**Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX.** Ijuí: UNIJUÍ Editora, 2009

ZARTH, Paulo Afonso. Colonos imigrantes e lavradores no sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In MOTA, Marcia; ZARTH. Paulo Afonso(Org). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.** São Paulo:Unesp,2009, Cap.10.p. 223-242

## ANEXOS

| GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL               |  | FICHA DE INSCRIÇÃO  |           |
|--|--|---|-----------|
|  |  | n.º local   | n.º geral |
| <b>REGISTRO DE AGRICULTORES PRETENDENTES A TERRA</b> |  |   |           |
| MUNICÍPIO: _____                                     |  | Distrito: _____   |           |
| Lugar: _____   |  |   |           |
| <b>DADOS PESSOAIS e da FAMÍLIA:</b>                  |  |   |           |
| Nome: _____  |  | Lugar nascimento _____  |           |
| Data nascimento: ____/____/____                      |  | Idade _____ anos — Alfabetizado? _____                                |           |
| Documento de identidade: _____                       |  | Estado civil: _____   |           |
| Nome da mulher _____                                 |  | Data nascimento: ____/____/____                                       |           |
| Alfabetizada? _____                                  |  | Eleitora? _____   |           |
| Mortos? _____  |  | Tem filhos? _____   |           |
| Alfabetizados? _____                                 |  | Quantos? _____  |           |
| Mortos? _____  |  | Registrados? _____  |           |
| Alfabetizados? _____                                 |  | Escolarizados? _____  |           |
| Mortos? _____  |  | Nomes e datas nascimento: _____                                       |           |
| Mortos? _____  |  | Filhos eleitores: _____   |           |
| <b>DADOS PROFISSIONAIS:</b>                          |  |   |           |
| Agricultor, criador, peão trabalhador? _____         |  | Ocupação atual? _____   |           |
| Possui terras? _____                                 |  | Localização: _____  |           |
| Área total? _____ ha.                                |  | Área plantada? _____ ha   |           |
| Principais culturas? _____                           |  |   |           |
| Título de posse: _____                               |  |   |           |
| É arrendatário, parceiro ou intruso? _____           |  | Nome do proprietário: _____   |           |
| Área total _____ ha.                                 |  | Área cultivada: _____ ha.   |           |
| Principais culturas: _____                           |  |   |           |
| Arrendamento ou percentagem que paga: _____          |  | Prazo do mesmo: _____   |           |
| Tem contrato de arrendamento ou parceria? _____      |  | Permanente ou temporário _____  |           |
| É agregado ou assalariado? _____                     |  | Salário? _____  |           |
| Nome do empregador: _____                            |  | Como a perdeu? _____  |           |
| Já teve terra própria? _____                         |  | Os pais do pretendente são ou eram agricultores? _____                |           |
| Há quanto tempo se dedica à agricultura? _____       |  | É associado a alguma cooperativa ou Associação de Agricultores? _____ |           |
| Qual? _____  |  | Tem rádio? _____  |           |
| <b>PRETENSÕES:</b>                                   |  |   |           |
| Que área de terra pretende adquirir? _____ ha.       |  | Preferencialmente, onde? _____  |           |
| A prazo? _____                                       |  | Qual o material agrário e animais de serviço de que dispõe? _____     |           |
| Sua casa é aproveitável? _____                       |  |   |           |
| Outros recursos: _____                               |  |   |           |
| Já conseguiu algum financiamento? _____              |  | De que organismo? _____   |           |
| Data: ____/____/196____                              |  | Ass. pretendente: _____   |           |

Registro de Agricultores Pretendentes à Terra - Acervo Paulo Schmidt (ALVES, 2010, p. 62)



República dos Estados Unidos do Brasil  
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA  
 DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

## TÍTULO DE CONCESSÃO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), tendo em vista os levantamentos procedidos pela Comissão de Seleção dos Agricultores Sem Terra, selecionados de conformidade com a Legislação em vigor, e de acôrdo com os critérios selectivos por êle aprovados, resolve conceder ao cidadão

.....  
 brasileiro, maior, agricultor, o lote rural de n.º ....., da Comunidade agrícola de  
 n.º ..... no local denominado Fazenda Sarandi, no municipio de Sarandi, com  
 a área de ..... hectares e as seguintes confrontações:

.....  
 .....  
 .....

Esta concessão é feita pelo preço de Cr\$ ..... o hectare,  
 e de acôrdo com as prescrições regulamentares. O pagamento será realizado em dez presta-  
 ções anuais, iguais e sucessivas, com um ano de carência.

Pôrto Alegre, ..... de ..... de 19.....

.....  
 Presidente do IGRA

Pré-requisitos para cadastramento de candidatos ao programa de reforma agrária do Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: 1959-1963

A assistência técnica mediante o assessoramento especializado, ensinando como plantar, o que plantar e novos métodos de aproveitamento, conservação e recuperação econômica do solo, através de culturas rotativas e de modernas práticas agrícolas.

Visando corrigir, dentro da legislação vigente, os inconvenientes oriundos do atual sistema de propriedade, tal como a pulverização das áreas e a conseqüente criação do minifúndio, a própria concessão da terra é feita através do sistema cooperativado. Ou seja, quem adquire a terra é a Cooperativa, cujo capital é formado por quotas subscritas pelos seus associados. Essas quotas correspondem — cada uma — ao valor da área destinada ao associado da Cooperativa e, ainda, ao fundo da entidade. Passam então a vigorar para essas quotas as leis e regulamentos que regem o sistema cooperativado.

O acesso dos agricultores sem terra à pequena e média propriedade nos núcleos agrícolas do IGRA, é filtrado através de um rigoroso critério de seleção, com contagem de pontos, com os seguintes itens:

#### A — Condições essenciais:

- a) Não ser proprietário ou possuir apenas área rural reconhecidamente insuficiente para sua subsistência.
- b) Ter mais de 21 anos ou emancipado (2)
- c) Ter encargo de família. (3)
- d) Apresentar atestado de boa condutta.
- e) Não ter atividade lucrativa, de caráter permanente, estranha à agricultura.

#### B — Classificação

Os candidatos que satisfaçam as condições essenciais serão classificados por pontos obtidos de acordo com a seguinte escala:

- 1 — Domicílio e procedência: (7) (8)
  - a) Morador na gleba a ser colonizada como arrendatário, meeiro, parceiro ou posseiro . . . . . 25 pontos
  - b) Como assalariado agrícola . . . . . 15 pontos
  - c) Procedentes de outras áreas rurais do Estado . . . . . 10 pontos
- 2 — Capacitação: (4) (7) (8)
  - a) Tradição agrícola . . . . . 15 pontos
  - b) Tradição nas atividades específicas do núcleo . . . . . 20 pontos
- 3 — Bens de produção: (5)
 

Aos agricultores que dispuserem de todos os bens de produção para a exploração da área que lhe for concedida será atribuído um máximo de . . . . . 20 pontos
- 4 — Idade: (6)
  - a) de 21 a 30 anos . . . . . 10 pontos
  - b) de 31 a 40 anos . . . . . 8 pontos
  - c) de 41 a 50 anos . . . . . 6 pontos
  - d) de 51 a 60 anos . . . . . 4 pontos
  - e) de mais de 60 anos . . . . . 2 pontos
- 5 — Estado civil:
  - a) casado . . . . . 5 pontos



Fonte: Cartilha da Reforma Agrária – IGRA Museu Olívio Otto - Carazinho – RS (SILVA,2015, P.195)



Fonte: Jornal Diário de Notícias Domingo 14 de Janeiro de 1962 Disponível em: [bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/](http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/)